MARIA GERVALINA PEREIRA GOMES

COOPERATIVA DE TRABALHO COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA.

ILHÉUS - BA

2008

MARIA GERVALINA PEREIRA GOMES

COOPERATIVA DE TRABALHO COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA.

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Economia das Sociedades Cooperativas.

Orientadora: Profª. Dinalva Melo do Nascimento

ILHÉUS - BA

2008

MARIA GERVALINA PEREIRA GOMES

COOPERATIVA DE TRABALHO COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA.

ILHÉUS – BA, __/__/2008

_____

Dinalva Melo do Nascimento
(Orientadora)

_____

_____

_____

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos e toda a minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu vencesse mais esta etapa de grande valor na minha vida, dedico. Perdão pela ausência.

AGRADECIMENTO

Ao Departamento de Ciências Econômicas e Reitoria da Universidade Estadual de Santa Cruz, pela oportunidade de realização do Curso.

Ao Professor Fernando Rios do Nascimento pelo empenho, dedicação e assistência no decorrer de todo o curso.

À Profª Dinalva Melo do Nascimento, pela orientação e apoio, pela amizade e pela maneira gentil e bem humorada como conduziu este trabalho.

A todos os Professores que de forma dedicada transmitiram os ensinamentos, que ficarão para sempre, e pelo apoio recebido.

A todos os colegas pela convivência, carinho, amizade durante este período.

À COOPMIL, através dos cooperados que participaram da pesquisa, bem assim e especialmente a Márcio, Ronaldo e Alberto, pelo acolhimento.

Às empresas e sindicatos que participaram do presente estudo.

COOPERATIVA DE TRABALHO COMO ALTERNATIVA DE OCUPAÇÃO PROFISSIONAL: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA.

RESUMO

A cooperação, substituindo a competição e a ganância pelo lucro, integra as instâncias da produção, distribuição e consumo de mercadorias e constitui a base de uma nova sociedade, mais justa e humana, por não comportar nem exploradores nem explorados. A preocupação desta pesquisa centra-se no papel do cooperativismo do trabalho como instrumento de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho e a necessidade de qualificação, atrelando a sua presença como fator para minimizar o quadro de desemprego em Itabuna e cidades circunvizinhas. Tem por objetivo avaliar o papel do cooperativismo de trabalho como gerador de trabalho e renda, visando incentivar e incrementar outras atividades cooperativas da região, por entender-se que o cooperativismo pode contribuir para a solução dessas questões. Trata-se de um estudo de caso, que toma por referencial a COOPMIL, cooperativa que atua no campo de prestação de serviços, nos ramos de montagem e manutenção industrial, traçando-se o perfil do sócio-cooperado. A pesquisa analisa também os aspectos oriundos do processo de globalização, como cenário para a relação entre a cooperativa e o mercado de trabalho e os problemas inerentes dessa relação. Dos dados coletados e dos argumentos apresentados chega-se à conclusão que os sócio-cooperados da COOPMIL encontram-se ocupados, auferindo remuneração condizente, possuindo plano de saúde, seguro de acidentes pessoais, auxílio transporte, vale-alimentação, tendo recolhidos o FGTS e INSS, além de estarem sendo preparados para melhor exercerem suas atividades laborativas. Acrescido a isso houve ainda um significante aumento no patrimônio da Cooperativa com a aquisição de máquinas e equipamentos e quatro veículos, que são utilizados no transporte dos cooperados, adquiridos com as sobras anuais. Os resultados abarcados por essa pesquisa indicam que o cooperativismo de trabalho constitui-se em alternativa promissora para minimizar o desemprego que assola a região.

Palavras-chave: competição; cooperação; desemprego; ganância; globalização; mercado de trabalho.

"O desenvolvimento da cooperação entre os grupos, num plano de igualdade e num espírito de intercâmbio e respeito mútuo, permite aumentar a produtividade de um empreendimento. Permite ainda desenvolver o sentido democrático dos membros do grupo, incentivando-os a melhorarem cada vez mais a si mesmos e, ao mesmo tempo, a sua coletividade."

Sidney Mazza

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Perfil do associado - COOPMIL/2007..... 46

Tabela 02 - O cooperativismo na ótica do associado - COOPMIL/2007 48

Tabela 03 - Educação cooperativista - COOPMIL/2007..... 53

Tabela 04 - Qualificação profissional - COOPMIL/2007..... 55

Tabela 05 - Ocupação profissional - COOPMIL/2007..... 58

Tabela 06 - Remuneração auferida - COOPMIL/2007..... 63

Tabela 07-Comparativo valor/hora pago pela COOPMIL e outras empresas..... 69

Tabela 08 - Relatório anual da COOPMIL – ano 2000..... 71

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Relação entre cooperativa e eficiência 12

Figura 02 - Efeitos esperados da cooperação cooperativa.....19

Figura 03 - Ocupação profissional antes de se cooperativar.....61

Figura 04 - Ocupação profissional após cooperativar-se.....61

SUMÁRIO

Resumo v
Lista de Tabelas vii
Lista de Figuras viii
1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS 1
1.1Contextualizações do tema 1
1.2 Questões de pesquisa 4
1.3 Justificativa 5
1.4 Objetivos
1.4.1 Geral 6
1.4.2 Específicos 7
1.5 Hipóteses 7
2 REVISÃO DE LITERATURA
2.1 Reconstituições históricas..... 8
2.2 Princípios e aspectos gerais e legais do cooperativismo 11
2.3 Efeitos esperados do cooperativismo 16
2.4 Surgimento das cooperativas de trabalho 21
2.5 A importância das cooperativas de trabalho no contexto contemporâneo..... 26
2.6 Estudo de caso de outra cooperativa de trabalho na região 34
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS 37

3.1 Objeto de estudo 37
3.2 População 39
3.2.1 Unidade de Amostra 39
3.3 Fontes de dados 39
3.4 Variáveis 40
3.5 Indicadores de análise 40
3.6 Método de coleta dos dados - Instrumentos de pesquisa 41
3.7 Tratamento Estatístico dos dados 42
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES 45
4.1. Perfil do associado 46
4.2 O cooperativismo na ótica do associado 48
4.3 Educação cooperativista 52
4.4 Qualificação profissional 54
4.5 Ocupação profissional 57
4.6 Renda 62
4.7 Casos de sucesso 72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 76
RECOMENDAÇÕES 78
REFERÊNCIAS 80
APÊNDICE 83

POESIA DO COOPERATIVISMO

(Jaime Caetano Braun)

[...]

E assim o agricultor
que está cooperativado
tem direito assegurado
ao fruto do seu labor
e não o tem por favor,
mas porque não ficou mudo,
com estudo-ou sem
estudo
e sem ir atrás de engodos,
sabe que
-tudo é de todos
e que tem direito a tudo!

E venceremos assim
essa luta macanuda
em cada mão uma ajuda,
em cada voz um clarim,
e chegaremos ao fim
todos juntos – que
sozinho,
falta calor de carinho
e luz para a iniciativa
que é sempre a
cooperativa
que aponta o melhor
caminho!

O chão do nosso batismo
que peleando
conquistamos
ao futuro projetamos
com alma e com
patriotismo;
Viva o cooperativismo:
Irmão ajudando irmão
[...]

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1.1 Contextualizações do tema

Com a revolução tecnológica, vivida a partir da segunda metade do Século XVIII, houve modificações na antiga divisão do trabalho, surgindo duas classes antagônicas: os capitalistas, proprietários dos meios de produção, de um lado, e do outro os operários vendendo sua força de trabalho. Assim, o mundo não se reparte mais entre os que produzem matérias-primas e os que fabricam manufaturas, por serem os países industrializados os principais produtores e exportadores de produtos básicos. Nesta nova ordem internacional, percebe-se que o mais forte domina o processo tecnológico, industrial e comercial. A globalização parece trabalhar como fator de consolidação ou aumento das desigualdades, bem como, ameaça a culturas e tradições.

Nesse contexto, o desemprego tecnológico origina-se em decorrência de mudanças na tecnologia de produção, enfatizadas no aumento da mecanização e automação, tornando obsoletas certas indústrias e profissões; nesse caso, grande número de trabalhadores fica desempregado, enquanto a minoria especializada é beneficiada pela valorização da mão-de-obra. O desemprego estrutural causado pela globalização se assemelha ao tecnológico, quanto ao aspecto de contribuir para deteriorar o mercado de trabalho.

O processo de globalização está trazendo profundas transformações para as sociedades contemporâneas. O acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural,

principalmente na área de comunicação, caracteriza nova etapa do capitalismo, que coloca desafios inusitados para o homem contemporâneo.

Por conseguinte, o avanço das forças produtivas, numa visão Marxista, está determinando que a produção da riqueza seja conseguida buscando-se cada vez menos o trabalho humano, substituindo-o pela máquina. Assim, o surgimento de novas tecnologias e mudanças no mercado de trabalho, mais especificamente nas relações de trabalho, tem provocado acentuada redução do emprego assalariado, conduzindo as pessoas a alternativas de trabalho para obtenção da renda ou complementação desta. Nesse contexto, o trabalhador organiza-se, unindo forças entre si, reunindo-se à profissionais de diferentes categorias de trabalhadores autônomos com a finalidade de exercer atividades de maneira coletiva, organizando-se em cooperativas de trabalho, visando aumentar o poder de competição no mercado de trabalho e, consequentemente, vencer o desemprego que assola o país e, em especial, a Região Cacaueira.

Nessa perspectiva, o cooperativismo de trabalho cresce, segundo Tesch (1997:11), como alternativa concreta para quem sonha ter o próprio negócio, vencendo os desafios e ameaças do mundo globalizado. As crises recessivas, as mudanças no mercado de trabalho, a introdução de novas tecnologias é que fazem emergir esse tipo de cooperativismo urbano. Organizam-se, dispensando a intervenção de terceiros, os empresários, propondo-se a contratar e executar obras, tarefas, trabalhos ou serviços, públicos ou particulares, coletivamente ou por grupos de alguns membros.

Assim, cultura, estado, mundo do trabalho, educação, etc. sofrem influências desse processo. Nessa etapa a força reside na concentração das forças de mercado. Portanto, inegavelmente, o agrupamento torna-se requisito básico para o mundo da globalização, que envolve transformações nos significados de intensificação das comunicações, tempo-espaço, integração mundial, modernidade técnica e reflexividade social. Notadamente, através do cooperativismo do trabalho, por seu caráter autônomo, pode-se vencer o desafio para acompanhar o acelerado desenvolvimento tecnológico nos diversos setores.

Vive-se o reflexo e o contraste de mais uma revolução transformadora pelos recursos naturais, tais como a terra, e nem tampouco pelo capital e trabalho, mas sim pelo conhecimento técnico-científico, ou seja, o aprimoramento do conhecimento humano. A sociedade globalizada está também transformando a

natureza do trabalho, tornando-o cada vez menos braçal e mais intelectual. A tendência do homem atual é trabalhar como empreendedor autônomo, com forte capacidade criativa, elementos estes que especialmente estão intrínsecos no sistema cooperativista, por seus próprios princípios.

Por outro lado, a terceirização está provocando a segmentação e diferenciação dos trabalhadores. Além de favorecer a redução de empregos considerados como atividade não essencial para determinadas empresas, a terceirização tem provocado a pulverização da base de representação dos sindicatos, enfraquecendo-os, além de contribuir para a flexibilização dos direitos conquistados pelo trabalhador ao longo de suas lutas. Desse modo, o agrupamento cooperativo se torna uma excelente saída para enfrentar essa situação desfavorável.

Dessa forma, visando resolver a complexidade nas relações de trabalho, está-se assistindo ao debate sobre a desregulamentação das relações de trabalho, com a aprovação pelo Congresso Nacional Brasileiro do contrato por tempo determinado, como forma de flexibilizar a legislação trabalhista, alternativa para geração de emprego. Assim, se reduziria o custo do trabalho no Brasil especialmente no que concerne aos encargos sociais o que, por vezes, desemboca na manifestação de iniciativas de organização da prestação de serviços com a finalidade de burlar os direitos trabalhistas, prejudicial ao trabalhador.

Assim, o processo estrutural vivido pela sociedade atual não acena apenas desemprego ou subemprego, mas também o não-emprego, dado o grande número de pessoas que sequer consegue entrar no mercado de trabalho, apesar do governo criar programas de incentivo. Com os avanços das forças produtivas utiliza-se cada vez menos o trabalho humano e, diante desse contexto, o homem deve procurar se unir e se organizar para tornar-se competente e competitivo, o que também poderá ser conseguido através das cooperativas de trabalho, vez que estas têm a preocupação de proporcionar aos seus associados treinamentos que visam à qualificação profissional, com a conseqüente colocação no mercado.

Para Oliveira, (1996:78) a concepção de cooperativas de trabalho está definida pelo Decreto-lei 22.239 de 19 de dezembro de 1932, no Art. 24, como:

> São cooperativas de trabalho aquelas que, constituídas entre operários de uma determinada profissão ou ofício ou de ofícios vários de uma mesma classe, têm como finalidade primordial melhorar os salários e as condições

> de trabalho pessoal de seus associados e, dispensando a intervenção de patrão ou empresário, se propõem contratar obras, tarefas, trabalhos, serviços públicos ou particulares, coletivamente por todos ou por grupos de alguns.

O cooperativismo de trabalho constitui-se no segmento econômico que hoje se apresenta altamente promissor por reunir profissionais de diferentes categorias de trabalhadores autônomos que passam a exercer suas atividades, algumas vezes de maneira coletiva, aumentando poder para enfrentar o mercado de trabalho, buscando constantemente a profissionalização. Nesse momento, portanto, a redescoberta do cooperativismo é derivada principalmente da elevada taxa de desemprego que atinge a população trabalhadora, dentre outras conseqüências.

1.2 Questões de pesquisa

Desde o final do século pretérito o país está atravessando mais uma crise econômica, tendo atingido fortemente todos os setores, em especial, o mercado de trabalho. A Região Cacaueira, Sul da Bahia enquadra-se entre as mais prejudicadas, pois, desde meados dos anos 80, com a queda dos preços da amêndoa de cacau e chegada da vassoura-de-bruxa, doença que ataca a cultura cacaueira, principal atividade geradora de renda não consegue até os dias atuais superar totalmente a crise. O segmento mais prejudicado foi o trabalho, quando vários postos de serviço foram extintos, tanto no campo como na cidade, sendo por isso justificável o estudo sobre a iniciativa de aumento dos níveis de ocupação e renda na região cacaueira, via sistema cooperativo.

O cooperativismo de trabalho tem sido implementado na região, através de iniciativas de trabalhadores com dificuldades de re-colocação no mercado tradicional, como no caso da COOTRASUL (Cooperativa dos Trabalhadores do Sul da Bahia), em Ilhéus - BA, que aglomera trabalhadores de diversas classes, como vigilância, serviços de limpeza, telefonia, secretariado, encanador, jardinagem, eletricista, serviços de hotelaria, entre outras, já tendo garantido emprego direto a 620 associados, da COOTRAH (Cooperativa de Trabalho Hospitalar) e da COOPMIL - Cooperativa dos Profissionais de Montagens Industriais Ltda.), em

Itabuna-BA, fundada em 1998, por pessoas desempregadas em função da desativação ou término de contrato de prestadores de serviços com empresas da região.

O cooperativismo de trabalho será aqui analisado através dos resultados alcançados pela COOPMIL, enfatizando-se os seguintes aspectos:

a) A questão da ocupação profissional está sendo solucionada tomando-se como parâmetro a COOPMIL?
b) A COOPMIL tem oferecido cursos de qualificação profissional aos seus associados, visando a inserção no mercado de trabalho local ou regional?
c) Os associados da COOPMIL estão auferindo remuneração igual ou superior à do mercado de trabalho local, bem assim outros benefícios, se comparados à mesma atividade?
d) Após o estudo realizado na COOPMIL pela autora deste trabalho no ano de 2.000, como se encontra atualmente a cooperativa e seus associados?
e) A COOPMIL traz para a família de seus associados e para a comunidade onde atua algum tipo de benefício?

1.3 Justificativa

O cooperativismo é uma forma relativamente nova de organização na realidade de Itabuna se comparado com as que se têm notícias desse tipo de organização em tantos outros Estados do Brasil, bem assim em muitos outros países. Assim sendo, se justifica um estudo acerca da Cooperativa de Trabalho como alternativa para minimizar o problema do desemprego, abrindo caminhos e inserções sobre o surgimento de múltiplos encaminhamentos em direção ao problema como estratégia para enfrentar este quadro.

Deve-se considerar a importância de referenciar-se a pesquisa ao espaço geográfico de Itabuna-BA em razão do alto índice de desemprego na Região Cacaueira, da qual o Município de Itabuna-BA faz parte, assolado pela crise há mais de vinte anos. Somado a isso, o fato de existirem algumas cooperativas dessa natureza e Sindicatos de Trabalhadores, facilita a captação das informações que constituem a base dos dados para a concretização deste trabalho.

Nesse contexto, a abordagem do tema em estudo decorre do elevado nível de desemprego prevalecente na região, em especial no eixo Ilhéus/Itabuna-BA, e da possibilidade de minimizá-lo por entender-se que, através do cooperativismo, aglutinam-se forças dispersas, fracas do ponto de vista individual, mas fortes quando congregadas, tornando-as detectores de maior poder de barganha. Além disso, o cooperativismo de trabalho tem demonstrado viabilidade na defesa dos interesses profissionais e econômicos daqueles que o praticam, a exemplo do sucesso alcançado pelo cooperativismo agropecuário, do qual se pode citar a COTRIJAL (Cooperativa Agropecuária e Industrial em Não-Me-Toque/RS), do cooperativismo de crédito, através da Cooperativa Valentense de Crédito Rural Ltda., em Valente-BA, e educacional, COESUFMA, Cooperativa Educacional dos Servidores da Universidade Federal-MA, dentre outros que atuam na esfera econômica e social da vida profissional.

Outro fator que justifica esse estudo atrela-se à ausência de trabalhos sobre o tema na região que possam aferir os resultados, além de se visar incentivar e incrementar as atividades cooperativas. Busca-se, ainda, despertar o interesse e conseqüente apoio das autoridades governamentais a nível municipal e estadual, uma vez que são criados novos postos de trabalho, contribuindo assim para a solução da grave seqüela provocada pelo desemprego.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar o cooperativismo de trabalho, através da atuação da COOPMIL (Cooperativa dos Profissionais de Montagens Industriais Ltda.), sediada em Itabuna, sob a perspectiva da ocupação profissional, geração de renda e participação na organização do mercado de trabalho fazendo-se um comparativo dos resultados relativos à primeira pesquisa com os dos dias atuais, após sete anos de sua fundação.

1.4.2 Específicos

a) Discriminar que classes de profissionais estão sendo beneficiadas com o cooperativismo de trabalho na COOPMIL;
b) Verificar se ocorreu qualificação da mão-de-obra, com o conseqüente crescimento profissional dos associados;
c) Averiguar se a remuneração obtida pelos associados da COOPMIL é compatível com a praticada no mercado de trabalho local, comparando-a com os dados obtidos nos sindicatos dos trabalhadores ou em empresas que desempenhem as mesmas atividades;
d) Conferir se a COOPMIL está garantindo trabalho para os sócio-cooperados, vencendo assim o desemprego;
e) Averiguar, comparando, como se encontram os níveis de renda, patrimônio da cooperativa e de seus associados, pós ano 2000 (última análise realizada).

1.5 Hipóteses

a) A COOPMIL propicia melhoria na qualificação da mão-de-obra, através da participação dos associados em treinamentos que dão suporte para enfrentar e disputar o mercado de trabalho, mantendo-se assim ocupados profissionalmente;
b) Os sócios da COOPMIL melhoraram o padrão de renda e condições de vida, inclusive de seus familiares, depois que se integraram à cooperativa;
c) O cooperativismo de trabalho pode ser uma alternativa viável para minimizar a situação do desemprego que assola a região Cacaueira, mantendo os sócio-cooperados com ocupação, participando e influenciando na organização do mercado de trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Reconstituições Históricas

O princípio cooperativista nasce em função das necessidades do homem. Na luta pela sobrevivência os povos antigos já praticavam a ajuda mútua na caça, coleta, pesca e habitação.

Entretanto, como pensamento econômico, o cooperativismo se desenvolveu na Europa Ocidental, no decorrer do século XIX, como reação às idéias econômicas dos fisiocratas e clássicos e às conseqüências práticas do liberalismo econômico.

Nesse contexto, as crises periódicas advindas das péssimas condições de trabalho, a ausência de legislação pertinente, dentre outras causas, resultantes da revolução industrial, que provocou uma concorrência desenfreada de pequenas unidades de produção, favoreceu condições para uma reação cooperativista.

Os acontecimentos da época, final do Século XVIII, não confirmavam o otimismo liberal dos fisiocratas e dos clássicos, que formularam a existência de uma ordem natural reguladora do mercado, nem a vislumbrada harmonia entre os interesses individuais e os interesses sociais. Em conseqüência, a liberdade econômica conduziu a uma luta desbragada: entre produtores, que se digladiavam entre si, eliminando ou absorvendo as empresas marginais; entre trabalhadores, provocada pela concorrência da mão-de-obra feminina e de menores que passaram também a disputar o mercado de trabalho, agravada pela introdução da máquina no processo produtivo, além das periódicas depressões econômicas, que geravam desemprego em massa.

Nesse contexto, numerosas foram as reações que começaram a eclodir contra as conseqüências práticas do liberalismo econômico, dando surgimento a dois dos principais grupos de reações: socialistas e intervencionistas.

Assim, criada em 1844 por 28 operários - 27 homens e uma mulher, em sua maioria tecelões, no Bairro de Rochdale-Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a "Sociedade dos Probos de Rochdale" (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico, conforme dados da Revista Gestão Cooperativa. Esses operários enxergaram o associativismo como forma de contornar, por meio da compra e venda comum de mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados - tendo alugado, com o capital inicial de uma libra, um armazém para estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, poderiam ser consumidos a preços mais baratos. O grande feito de Rochdale foi ter redigido um estatuto social que estabelecia objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores.

Nesse conjunto de reações o cooperativismo floresceu, da tentativa dos trabalhadores no sentido de sucumbir à opressão e o isolamento e resolver, pela ajuda mútua, os problemas econômicos e sociais que então os afligiam. As cooperativas provenientes desse esforço foram inicialmente toleradas, para mais tarde serem legalmente reconhecidas. A partir de então, tiveram a aceitação dos poderes públicos em geral, como instrumento político para minimizar o desemprego e como melhoria do padrão de vida da classe trabalhadora, sendo atualmente aproveitadas na execução de diversas atividades públicas, tais como coleta de lixo, segurança e vigilância, serviços contábeis, dentre outras.

Dentre os precursores do cooperativismo destacam-se os socialistas utópicos franceses e ingleses, tais como Owen, Fourier, Buchez e Blanc, dentre outros. Apesar das peculiaridades que cada um deles imprimiu às suas concepções reformistas, podemos destacar, em todos, alguns pontos comuns fundamentais, que serviram de embasamento ao cooperativismo, citados por Pinho (1988), tais como:

- a idéia de cooperação, entendida como reunião de forças para a consecução dos fins comuns;

- a idéia de organização do trabalho (como forma de elevação do padrão de vida dos trabalhadores e de sua emancipação);
- a idéia de livre iniciativa dos interesses;
- a idéia de prestação de serviços sem interesse de lucro ou associação dos trabalhadores para a auto-prestação de serviços;
- a idéia de que o capital é apenas um meio para a realização dos fins da instituição;
- a idéia de que a cooperativa é uma forma de economia coletiva;
- a idéia de concentração cooperativista, célula de ampla organização, colocada a serviço do interesse sócio-econômico;
- a idéia de continuidade da instituição - os capitais acumulados se constituirão fundos coletivos destinados a fomentar o desenvolvimento futuro das organizações operárias;
- a idéia de reforma social através de associações.

Resumidamente, pode-se afirmar que o cooperativismo, como teoria e movimento oficialmente reconhecido, teve origem na organização dos trabalhadores na Inglaterra, no período da Revolução Industrial, como tentativa para vencer a barreira do desemprego e suas desastrosas conseqüências. Segundo os registros históricos no ano de 1844, diante do desemprego e dos baixos salários, em Rochdale, um bairro de Manchester, 28 tecelões se associaram para comprar coletivamente produtos de primeira necessidade, inclusive alimentos. Formaram então a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, conhecida como primeira cooperativa da história. Da Inglaterra se difundiu essa experiência dos trabalhadores para outros países, influenciando a organização de cooperativas de trabalho na França e as cooperativas de crédito na Alemanha. Mais tarde, essas experiências foram difundidas pelo mundo inteiro e, atualmente as cooperativas são reconhecidas legalmente como uma forma de organização no Brasil (PINHO, 1988).

Assim, como uma retrospectiva da evolução do movimento cooperativista, podem-se extrair os dados a seguir retirados da Revista de Política Agrícola (2004):

[...] No Brasil, o cooperativismo está enraizado na estrutura socioeconômica, amplamente disseminado em todo território nacional. No âmbito rural, sem dúvida foi um dos pilares do desenvolvimento do agronegócio, principalmente nos períodos iniciais – anos 60 e 70 – com seu pioneirismo na organização das cadeias

produtivas, difusão de tecnologia e viabilização de infra-estrutura. Recentemente, com a expansão dos demais setores econômicos, o cooperativismo encontrou um campo fértil para se inserir no meio urbano, apresentando-se como uma importante forma de estruturação dos mais diversos ramos de atividade;

[...] A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento do último século. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho;

[...] O cooperativismo consolida cada vez mais sua participação na economia brasileira, pela modernização do sistema, pela incorporação de tecnologia às suas atividades e pela profissionalização da gestão. Atuante, estruturado e de relevância significativa para a economia do país, o sistema cooperativo buscou o fortalecimento da sua imagem sistêmica junto à sociedade, com o objetivo de tornar-se conhecido e compreendido como um segmento integrado, unido e forte diante de uma realidade de desemprego desenfreado.

[...] Especialmente o ramo agropecuário, que vive um momento ímpar na sua história, é apontado como uma das soluções para gerar renda, manter e criar postos de trabalho, permitir a inclusão social e promover o desenvolvimento do país;

[...] A partir da metade da década de 90, o cooperativismo no Brasil vem apresentando acentuado crescimento do número de organizações, contando com 7.355 cooperativas, 5.762 milhões de cooperados, sendo responsável por 6% do PIB, gerando 182 mil empregos diretos e US$1,09 bilhão de exportações diretas, no ano de 2003, conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras.

2.2 Princípios e aspectos gerais e legais do Cooperativismo

Para melhor compreensão do sistema cooperativo, podem-se definir as cooperativas como sendo organizações democráticas controladas por sócios, os quais devem participar ativamente na definição de políticas e tomada de decisões. Homens e mulheres eleitos como representantes, são responsáveis para com os sócios. Nas cooperativas singulares os sócios têm igualdade na votação (um sócio,

um voto); as cooperativas de outros graus são, também, organizadas de maneira democrática (SERT, 1998:8).

Para Schneider (1999) a eficiência do cooperativismo produz dois tipos de eficiência, conforme a seguir demonstrado:

EFICIÊNCIA SOCIAL	EFICIÊNCIA ECONÔMICA
Consecução dos objetivos sociais	Consecução dos objetivos econômicos
Gestão participativa	Planejamento constante
Gestão transparente	Previsão orçamentária
Responsabilidade ética e ambiental	Uso adequado dos recursos
Enfoque nos processos de cooperação e solidariedade	Controle nas receitas e nas despesas
Fomento da responsabilidade individual e coletiva	Conhecimento atualizado do mercado Ênfase na concorrência

Figura nº 01 - Relação entre cooperativa e eficiência

Fonte: Schneider (1999)

Entretanto, o bom funcionamento da cooperativa está diretamente ligado à participação do quadro social na vida da empresa, baseando-se nos princípios cooperativistas previstos na Lei 5.764/71, (Idem, 1998:10), que disciplinam a organização e o funcionamento das cooperativas no Brasil, contemplando os princípios doutrinários e distinguindo-os das demais sociedades pelas seguintes características:

- adesão voluntária, com um mínimo de vinte pessoas físicas e número máximo ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- administrada por um Conselho de Administração ou Diretoria e fiscalizada por um Conselho Fiscal, integrados pelos próprios cooperados;
- variabilidade do capital social, representado por quotas-parte. O estatuto social deve fixar o valor mínimo da quota de capital de cada sócio;
- limitação do número de quotas-parte do capital para cada associado;
- inacessibilidade das quotas-parte do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- deliberações tomadas em assembléia geral composta por todos os associados;

- singularidade do voto (cada associado = 1 voto), podendo as cooperativas centrais, federações e confederações cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo crédito da proporcionalidade;
- quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- Obrigatoriedade da constituição do Fundo de Reserva para reparar perdas ou aplicar em investimentos;
- rateio das perdas entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, quando não existir o Fundo de Reserva;
- possibilidade de rateio das despesas gerais (fixas) da sociedade;
- indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- prestação de assistência aos associados e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

Numa cooperativa os cooperados têm direitos e obrigações a cumprir, que a depender do entrosamento entre membros e diretoria resulta numa estrutura fortalecida cujas atitudes conduzem ao sucesso das atividades, dentre os quais Sert (1998:12) cita:

Como deveres:

- respeitar as decisões votadas nas assembléias gerais, que representam a vontade da maioria;
- pagar o compromisso da cota do capital fixada para criar ou ingressar na cooperativa;
- zelar pelo interesse comum e autonomia da sociedade;
- colaborar no planejamento, funcionamento, avaliação e fiscalização das atividades;
- debater idéias e decidir pelo voto os objetivos e metas de interesse;
- denunciar, sempre, os procedimentos indevidos;
- pagar sua parte, caso ocorram prejuízos financeiros;
- estimular a integração da cooperativa com o movimento cooperativista;

– buscar capacitação profissional para o desempenho de suas atividades.

Como direitos do cooperado declinam-se:

- freqüentar as assembléias gerais, decidindo pelo voto os assuntos de interesse da sociedade;
- votar e ser votado para cargos administrativos, fiscais ou outras funções;
- participar das atividades econômicas, sociais e educativas;
- ser consumidor e usuário dos serviços oferecidos pela cooperativa;
- receber retorno proporcional das sobras de capital;
- examinar os livros e documentos da empresa e solicitar esclarecimentos aos dirigentes e conselheiros;
- convocar assembléia extraordinária, caso se faça necessário, conforme estabelecido no estatuto;
- ser informado e solicitar informações sobre as atividades da cooperativa;
- ter acesso aos balanços financeiros, demonstrativos e relatórios, antes da realização da assembléia geral;
- retirar seu capital ao sair da sociedade, de acordo com o estabelecido no estatuto.

Ainda, classifica, quanto à organização, as cooperativas em: cooperativas singulares (compostas por, no mínimo, vinte pessoas físicas); cooperativas centrais ou federações (compostas por, no mínimo, três singulares); confederações (compostas por, no mínimo, três federações).

Resumidamente, pode-se afirmar que no sistema cooperativo o processo obedece à seguinte lógica: o sócio da cooperativa produz; gera trabalho que se destina ao cumprimento do contrato celebrado pela cooperativa; a remuneração desse trabalho, isto é, o pagamento ao sócio, compete à cooperativa independente da figura do tomador do serviço. A cooperativa serve apenas como intermediária do negócio. Quem de fato autoriza o trabalho é o executor do serviço pactuado. A esse processo dá-se o nome de ato cooperativo, que por ser executados por pessoas, os sócios, executores do trabalho e a própria cooperativa, não visa lucro, não há especulação, nem discriminação e tributação (BENATO, 1997:64).

Os sócios contribuem de forma eqüitativa e controlam democraticamente o capital da cooperativa. Parte desse capital é propriedade comum dos cooperados. Usualmente os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade. Os sócios podem destinar as sobras aos seguintes

propósitos: desenvolvimento da cooperativa, formação de reservas (parte destas podem ser indivisíveis), retorno aos sócios na proporção das transações com a cooperativa e apoio a outras atividades que forem aprovadas pelos sócios.

O modelo cooperativo tem sido usado para viabilizar negócios em vários campos de atuação. Para efeito de organização do sistema cooperativo elas estão entabuladas por ramos conforme a área de atuação. O objetivo principal dessa classificação é facilitar a organização vertical das cooperativas em federações, confederações e centrais, como uma maneira de organização política e econômica para assim poderem enfrentar a desleal competitividade do mercado.

São os seguintes os ramos em que se classificam as cooperativas brasileiras, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB:

» Agropecuário - reúnem produtores rurais ou agropastoris e de pesca, com o objetivo de promover a compra de sementes e insumos, colheita, armazenamento, industrialização e venda da produção no mercado;

» Consumo - Caracterizam-se pela compra em comum de artigos de consumo para seus cooperantes, buscando diminuir o custo desses produtos;

» Crédito – tem por objetivo proporcionar assistência financeira a seus cooperantes. Funcionam mediante autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil; podem praticar as operações passivas como obter recursos no mercado financeiro, nas instituições de crédito, particulares ou oficiais, através de repasses e refinanciamentos, dentre outros;

» Educacional – esse modelo tem a vantagem de que os pais dos alunos participam da definição da proposta pedagógica da escola e dos custos necessários para viabilizá-la; podem oferecer todos os níveis de ensino;

» Especial – são cooperativas “sociais” para organização e gestão de serviços sociosanitários e educativos, mediante atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços, contemplando pessoas com deficiências físicas, sensoriais, psíquicos e mentais, dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, dependentes químicos, pessoas egressas de prisões, dentre outros de situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo;

» Habitacional - destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social; utilizam o autofinanciamento ou as linhas de crédito oficiais pra produzir imóveis residenciais com preços abaixo do mercado;

» Infra-estrutura – tem por finalidade atender o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura, a exemplo das cooperativas de eletrificação rural;
» Mineral – cooperativas que têm por finalidade pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
» Produção - dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção coletivos, através da pessoa jurídica, e não individual do cooperante. Para os empregados, cuja empresa entra em falência, a cooperativa de produção geralmente é a única alternativa para manter os postos de trabalho.
» Saúde - se dedicam à recuperação e preservação da saúde humana, incluindo médicos, enfermeiros, dentistas, psicólogos e profissionais afins. Tem por preocupação a valorização do profissional com melhor remuneração, condições de trabalho adequadas e atendimento de qualidade ao paciente;
» Trabalho - sociedade de pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, despontando como opção para gerar, manter ou recuperar postos de trabalho;
» Turismo e Lazer – prestam serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria. Visam organizar as comunidades para disponibilizarem o seu potencial turístico, hospedando os turistas e prestando-lhes toda ordem de serviços;
» Transporte - atuam no transporte de cargas e de passageiros.

2.3 Efeitos esperados do cooperativismo

Indiscutivelmente, o cooperativismo proporciona a aglutinação de forças dispersas, o restabelecimento do equilíbrio dentro do mercado (eficiência da economia), a fixação de políticas por parte do estado, melhor distribuição de renda, reduzindo os desníveis sociais e regionais, produzindo maior capacidade de investimento do estado, em função da elevação do padrão de eficiência geral da economia. Entretanto, uma questão que atualmente exige mudança de comportamento, que pode ser conseguida através da educação cooperativista, tanto do cooperado, empresário ou pessoa que toma o serviço, atrela-se ao problema do vínculo empregatício. O cooperativismo de trabalho se fundamenta na relação

autônoma de trabalho, sem liame de emprego entre a cooperativa e os associados, vez que todos são os próprios donos do negócio e como tal gozam de iguais direitos e obrigações, sendo eleitores e elegíveis para quaisquer dos cargos diretivos. O desempenho de tais cargos não comporta vantagens nem privilégios e as sobras ou perdas atingem a todos por igual, proporcionalmente ao trabalho realizado, o que implica em não haver subordinação econômica ou técnica, muito menos, jurídica entre cooperado e cooperativa (TESCH, 1995:19-20).

No entanto, isso não é motivo para que a cooperativa desampare o associado, trabalhador, em seus direitos. Ela pode prover fundos que substituam as obrigações trabalhistas, bem assim outros que possam trazer bem-estar aos associados e/ou familiares, tais como: Fundo de Descanso Anual, Fundo de Poupança Compulsória, Fundo Complementar de Assistência à Saúde, Fundo de Responsabilidade Previdenciária, dentre outros. Os cooperados podem conceder-se quaisquer benefícios, já que são os proprietários da empresa e decidem o melhor destino que deverão dar aos recursos financeiros. Entretanto, as sociedades cooperativas são obrigadas pela legislação em vigor, a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, que se destina à prestação de assistência aos associados. Quanto ao pagamento de impostos e contribuições, sempre conforme a legislação em vigor, a cooperativa de trabalho paga, quando se caracteriza fato gerador, ou seja, IPI na fabricação de mercadorias, ICMS na venda de produtos e, consequentemente, o cooperado paga sobre os ganhos auferidos junto à cooperativa, o Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF), INSS e ISS (Imposto sobre Serviços). No entanto, as sobras na sociedade cooperativa (equivalente ao lucro na sociedade mercantil), não são objetos de tributação, pois não pertencem à sociedade, e sim aos associados que dela participam. Após se deduzir os fundos indivisíveis, as sobras líquidas apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados, em partes diretamente proporcionais às operações realizadas, conforme o Art. 51 da Lei 5764/71. Já o Art. 52 diz que os prejuízos do exercício, serão cobertos com o saldo do Fundo de Reserva e demais reservas que possam ser utilizadas para tal fim, ou ainda, rateadas entre os associados, se assim entenderem (TESCH, 1995:19-20).

No tocante ao recolhimento previdenciário, a Confederação das Cooperativas do Trabalho (COOTRABALHO) está lutando para que o Congresso Nacional corrija a sobrecarga tributária imposta ao segmento, conforme declaração do Presidente

Rozani Holler no Jornal "A Tarde" quando disse: "o recolhimento previdenciário a alíquota é de trinta por cento, enquanto as empresas tradicionais de locação de mão-de-obra recolhem apenas 12%" (VAL, 2000: 14).

Outro ponto delicado e preocupante está relacionado à competição no mercado e à sobrevivência da cooperativa, no contexto atual. Nesse aspecto, Nascimento (2000:2), comenta:

> É um equívoco a idéia comum de que, para "ter sucesso", a cooperativa deve ser mais um competidor e usar as mesmas armas das empresas convencionais, por uma razão óbvia: ela nasceu para transformar e não para ser igual. Ora, se impõe a essas entidades a necessidade de "competir" para sobreviver é porque os associados as consideram apenas mais uma opção comercial, sinalização que lhes é transmitida por dirigentes, técnicos e muitas instituições do governo. Se assim agem, ignoram o que sejam essas entidades e as suas peculiaridades. Se assim pensam, precisam ser trabalhados para modificar a forma de pensar. Se, em função dos mais variados motivos, essa tarefa não é encarada com determinação e profissionalismo (eis o momento onde ele é mais necessário e premente), na verdade todos estão conspirando para manter uma farsa que um dia terá fim - quando ocorrer o desmantelamento da cooperativa, pela insustentabilidade apenas de posições corporativas.

A cooperativa introduz dinamismo no mercado, promovendo e estabelecendo uma relação, que conduz a uma situação de equilíbrio.

Para o entendimento dessa relação Nascimento (2000: 51), comenta que a presença da cooperativa introduz dinamismo no mercado e a relação dela decorrente, quando envolve os associados, é denominada de Ato Cooperativo pela própria lei. Diz ainda que, por tudo isso não se pode cogitar do uso de códigos comerciais para definir e dirimir questões internas nas cooperativas, como muitas vezes ocorre de forma equivocada, situação que é posta incompreensivelmente pelos próprios dirigentes.

Comenta ainda, (NASCIMENTO, 2000:86) que quando as cooperativas estão plenamente ajustadas a procedimentos normativos, a sua contribuição se evidencia no processo de desenvolvimento, fato que não pode ser ignorado pelos governantes responsáveis e que devem introduzi-las como importante mecanismo para que este seja alcançado de forma mais rápida, principalmente em áreas onde o subdesenvolvimento é mais presente, bem como em setores onde ele apresenta maior dinamismo, visando, sobretudo:

- reduzir e/ou eliminar as imperfeições de mercado em busca de uma situação de maior eficiência da economia;
- ampliar a capilaridade, transparência e eficácia dos instrumentos de política do governo que visem o desenvolvimento econômico;
- reduzir as desigualdades econômicas e sociais;
- elevar a arrecadação tributária, por unidade vendida em função das modificações introduzidas no sistema econômico;
- induzir inovações por parte dos demais segmentos;
- sedimentar o processo educativo e aperfeiçoar a democracia.

Assim, para entender-se esse dinamismo W. Dieter Benecke, em Cooperação e Desenvolvimento: o papel das Cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo, citado por Nascimento (2000:88) assim estrutura os efeitos esperados pelo cooperativismo:

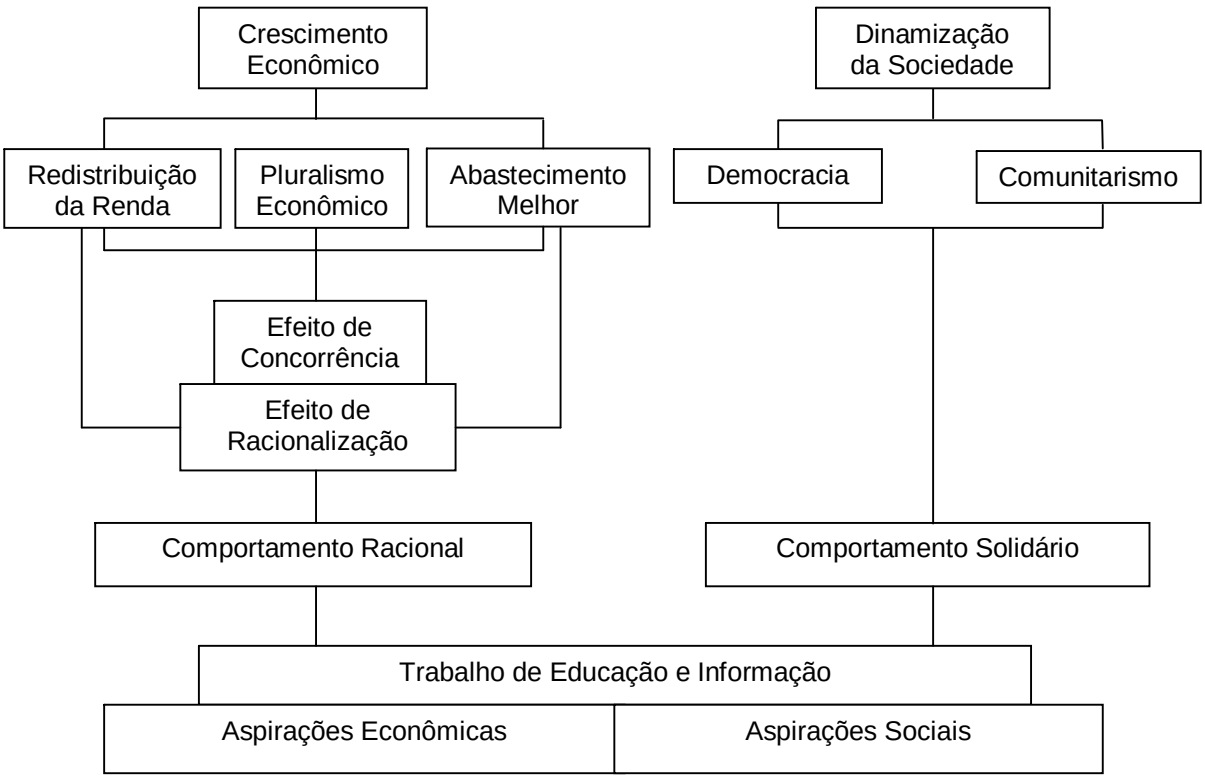

Figura Nº 02 - Efeitos esperados da cooperação cooperativa

Fonte: Nascimento (2000).

Nesse contexto de desenvolvimento e como intermediário entre o capital e o trabalho, as cooperativas conseguem, segundo Perius (1997:12-13), atingir os seguintes objetivos:

> a) melhoria da renda de seus associados, na medida em que conseguem reter para o grupo associado a mais-valia que, numa relação de trabalho, fica em poder do empregador. As cooperativas de trabalho constituem-se em instrumentos para correção do sistema de salários, notadamente nos países onde ocorre um demasiado desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado de trabalho. Assim, nas economias em desenvolvimento esse tipo de cooperativa, consegue organizar mais rapidamente as classes sociais mais desamparadas ou desprotegidas. As sobras ou resultados do trabalho coletivo, não privilegiam o capital, mas o trabalho, na medida em que este constitui o fator da produção preponderante. Gera-se, assim uma renda adicional ao trabalho, via incorporação das sobras ao fator trabalho, possibilitando, de fato, a primazia do trabalho sobre o capital;
> b) melhoria nas condições de trabalho na medida em que as cooperativas transformam empregados em empresários, os quais determinam em comum e de forma democrática, as regras de atuação. Os direitos dos trabalhadores, garantidos pelas leis trabalhistas, passam a ser garantidos, sob outras denominações jurídicas, de forma estatutária, de modo que assiste ao associado à possibilidade de ação civil, visando reparar qualquer direito estatutário auferido, quando não resguardado pela instância maior da cooperativa, via assembléia geral. São assegurados: condições de trabalho, repouso, férias, seguros, fundos sociais, adiantamento de sobras (pró-labore), com os respectivos pisos ou mínimos, adicionais, etc.;
> c) melhoria da promoção dos trabalhadores, pois estes, ao adquirirem o status de empresários, tornam-se auto-gestionários de suas próprias atividades, demandando, por parte dos associados um permanente programa de capacitação e de promoção, pelo fato do sistema cooperativista exigir, na prática, o respeito à liberdade, à democracia, à igualdade e à solidariedade, inexistindo donos ou patrões.

Dessa forma, como técnica organizatória de mercado, a cooperativa instrumentaliza as atividades dos cooperados para a realização solidária dos objetivos econômicos comuns. Para isto, os cooperados contribuem para a formação de capital inicial através de quotas-parte, combinam os fatores de produção e dirigem o processo produtivo. O traço mais original dessas cooperativas demarca-se pela identificação formal dos trabalhadores, quotistas (portadores de quotas-parte do capital social) e empresários: os associados são ao mesmo tempo, trabalhadores e detentores do poder de decisão sobre os recursos econômicos à disposição da cooperativa e sobre a forma de distribuição das sobras ou do retorno ao trabalho, residindo aí à participação democrática.

2.4 Surgimento das cooperativas de trabalho

Referindo-se a cooperativas de trabalho, objeto desse estudo, encontra-se em Pinho (1988: 251) a definição formal referenciada a seguir:

> As cooperativas de trabalho são organizações de pessoas físicas, reunidas para o exercício profissional comum, em regime de autogestão democrática e de livre adesão, tendo como base primordial o retorno ao cooperado do resultado de sua atividade laborativa, deduzidos exclusivamente os custos administrativos, a reserva técnica e os fundos sociais.

As recentes mudanças no mercado de trabalho, face visível na redução geral do emprego assalariado, induzem as pessoas às alternativas de trabalho para obtenção de renda e, também, complementação desta, para aqueles que ainda têm emprego. O trabalhador procura novos caminhos e, neste processo, têm crescido bastante as cooperativas de trabalho, especialmente as formadas por profissionais de nível superior, cuja alocação no mercado de trabalho não corresponde a salários condizentes. Desse modo, estas organizações apresentam características tipicamente urbanas, vez que as atividades econômicas estão concentradas nas cidades e, com serviços que exigem qualificação profissional de alto nível. São integradas por pessoas que atuam em diversos segmentos, tais como: consultoria técnica ou empresarial (engenharia, economia, administração, advocacia), informática (engenharia e analistas de sistema), saúde (médicos, dentistas, fisioterapeutas e psicólogos) e ensino (professores e/ou pais de alunos), que atuam desde o 1º grau até o nível de pós-graduação.

O cooperativismo de trabalho não é recente no Brasil, mas certamente menos conhecido que as cooperativas de consumo, crédito e habitação. Ganha relevância no Brasil a partir da década de 70 e ocupa a terceira posição entre as cooperativas brasileiras (TESCH, 1995:7).

Ainda, conceituando-se cooperativas de trabalho encontra-se o entendimento de Perius (1997: 10): “a cooperativa de trabalho é uma instituição democrática, de cunho econômico, formada por trabalhadores identificados com as mesmas necessidades, interesses ou expectativas".

Acrescenta, ainda, que as cooperativas de trabalho tiveram origem nos movimentos cooperativos da França, no século XIX, como reação dos trabalhadores

à Revolução Industrial, muito embora a doutrina já fosse antiga, ressurgindo exatamente porque o desemprego cresce assustadoramente. Pode-se dizer que a Revolução Industrial causa a primeira onda de desemprego e esta estimula a criação de cooperativas.

A globalização desencadeia a segunda onda de desemprego, fenômeno que abre espaço para as cooperativas. No compasso da terceirização, cooperativas de trabalhadores desempregados podem prestar serviços, tanto para outra cooperativa, quanto para os demais setores da economia.

Assim, é um consenso denominar-se cooperativas de trabalho tanto as que produzem bens como aquelas que produzem serviços. São trabalhadores cooperados todos os associados da empresa cooperativa, tanto os que executam os trabalhos mais simples (carregadores, pedreiros, garis e outros) como os especialistas (médicos, engenheiros, dentre outros) e, também, aqueles que assumem a reconversão de empresas, como gestores.

Os trabalhadores numa cooperativa de trabalho são, ao mesmo tempo, usuários (utilizam-se da cooperativa para, através dela, buscar e/ou manter postos de trabalho) e donos do próprio negócio (ingressam com capital para constituir a empresa cooperativa). Eles são a própria mão-de-obra: via de regra, não há empregados na atividade fim.

Para melhor entendimento desse quadro, observe-se o comentário de Nascimento (2000:8) sobre a condição de dono e usuário de uma cooperativa: “a condição de dono e de usuário, simultaneamente, que é conferido ao associado pelo princípio da 'dupla qualidade’ impõe grandes responsabilidades aos mutuantes”. Conclui que, como dono, em primeiro lugar, deve prover os recursos materiais necessários à execução das operações; como usuário, em conseqüência, deve assumir, de forma plena, suas obrigações para com a cooperativa. Só esse princípio é bastante para diferenciar a cooperativa de outros tipos societários e sua inobservância vem contribuindo para inviabilizarem muitas cooperativas que terminam se tomando meros agrupamentos comerciais, desqualificando seu papel e não garantindo a sua permanência com sucesso, o que passa a impressão de que a vida útil de uma cooperativa é muito pequena.

A verdadeira cooperativa de trabalho ganha o caráter de autêntica empresa autogestionária: todos participam, ao mesmo tempo, na gestão e produção. É uma sociedade em transição e evolução; transição: por quebrar os tabus econômicos

onde só o capitalismo ou o socialismo despontam como única alternativa de sobrevivência do povo; por criar na pessoa o senso de liberdade onde o indivíduo vale pelo que é, pelo que produz e não pelo que tem, por oferecer ao indivíduo sociedade sem casta, credo, raça e intolerância ideológica-política.

A partir dessas informações e analisando os resultados já obtidos pelo trabalho cooperativo, ressaltam-se a sua importância, observando os dados retirados de Tesch (1995:35-37), apostos a seguir:

> A emergência de cooperativas de trabalho durante a crise de empresas tem sido constante; no segmento de recuperação de empresas em crise ficou muito conhecido o caso da empresa Wallig de Fogões de Porto Alegre, que após a crise e falência passou a ser administrada por seus trabalhadores e conseguiu manter os postos de trabalho e reestruturar-se como cooperativa. Em João Pessoa, Paraíba, a CONTEPA, Cooperativa Têxtil, chegou a ser exemplo de empresa contribuinte do ICM no Estado (...). Em Natal, um grupo de trabalhadores de uma empresa falida com apoio da Interamerican Fundation, recuperou máquinas, praticamente em sucata, gerando mais de 100 postos de trabalho (...) dezenas de empresas em crise, sob várias modalidades de organização cooperativa têm continuado a funcionar, mantendo empregos, pagando impostos e girando a economia. Só na Massa Falida do Grupo Matarazzo são três empresas, duas de papel, uma de cerâmica; a empresa de cobertores Paraíba em São José dos Campos, Sapatos Markeli em Franca, dentre outras.

Tesch (1995:35), diz que no “segmento da reestruturação do Estado”, o cooperativismo atua ativamente existindo na grande São Paulo a Cooperativa Comunitária de Transportes Coletivos, resultante da privatização da CMTS. Ainda em São Paulo, o PAS (Plano de Assistência e Saúde) aparece ao final de 1995, como campo para o avanço do cooperativismo de trabalho. Até a Prefeitura de Campina de Monte Alegre-SP, organiza os funcionários em cooperativa, a qual é contratada pela prefeitura. Portanto, na área de reestruturação do Estado, privatizações e concessão de serviços públicos abrem amplo espaço para a organização de cooperativas de trabalho, que por sua vez geram emprego, consequentemente renda, promovendo assim equilíbrio ao mercado.

Dentro desse contexto, é essencial também destacar que, no segmento de profissionais prestadores de serviço técnico, alguns casos devem ser apontados comprovando essa tendência: profissionais consultores do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Assistência Gerencial às Pequenas e Médias Empresas), em Sergipe passam a prestar serviços de consultoria em diversas áreas através da COOPETEC; os consultores da ASSOCENE, em Recife, se estruturam também em cooperativa, a

COONAP. Ainda o pessoal do SERPRO/DATAMEC, dispensados há cinco anos, organizaram a COOPERDATA, e assim venceram o desafio do desemprego (Tesch, 1995:35).

Diante desse contexto, e, em virtude das mudanças associadas ao crescimento da industrialização e produção de serviços estarem fortemente relacionadas com a concentração das atividades nos centros urbanos, é nestes, que as cooperativas de trabalho encontram ambiente propício para sua difusão. O recente ressurgimento das cooperativas de trabalho nos países de economia descentralizada relaciona-se, sobretudo, à necessidade dos trabalhadores de se unirem para enfrentar problemas de ocupação no processo produtivo, como solução rápida e alternativa para a crise do desemprego, favorecidas pela estrutura de participação democrática e eqüitativa distribuição de renda.

As atuais cooperativas de trabalho representam, em grande parte, a aplicação dos princípios autogestionários no sentido histórico da emancipação dos trabalhadores.

Apesar de encontrarem obstáculos exógenos e endógenos, inclusive no contexto do próprio movimento cooperativo, as cooperativas de trabalho se multiplicam em todos os países, como forma de criação da ocupação produtiva, e combate ao subemprego, quer no terceiro mundo, quer nas economias avançadas, onde o desemprego constitui, também, séria preocupação.

Como comenta Pinho (1998:27): “Algumas vezes as cooperativas de trabalho têm sido até mesmo indicadas como uma 'terceira via' na busca de soluções para os conflitos entre o capital e o trabalho".

Nesse contexto, a importância do cooperativismo de trabalho é amplamente reconhecida como organização do mercado, sendo recomendada ao terceiro mundo por Órgãos Internacionais como BIO (Banco Interamericano de Desenvolvimento), ONU (Organização das Nações Unidas), UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organizations) e FAO (Organização para Alimentação e Agricultura). Por outro lado, nos países de economia de mercado, as cooperativas de trabalhadores vêm-se multiplicando com intensidade crescente nos últimos anos, mas nem sempre são encaradas apenas como técnica organizatória: alguns dos defensores conservam o ideal de corrigir as distorções do capitalismo ou provocar mudanças significativas no sistema econômico através da autogestão (PINHO,1988:40).

Para facilitar o entendimento de alguns termos utilizados, busca-se definição em Tesch (1995:61):

> Ato Cooperativo - é o ato de trabalho que realizam cooperados e sua cooperativa e outras cooperativas, cujo objeto é a produção de bens e serviços; sua causa e fim - no caso de cooperativas de trabalho - é satisfazer uma necessidade ocupacional. Juridicamente é ato lícito voluntário, que tem por fim imediato estabelecer relações jurídicas cooperativas;
> Gestão Cooperativa - deve contribuir para gerar boas oportunidades de trabalho, renda, de forma a permitir a conquista da autonomia social, econômica e financeira, necessária para a sua independência, enquanto empresa e associação;
> Economia Social - parte da economia de um país, formada por organizações mutuais, cooperativas, associações civis, fundações, sociedades anônimas laborais.
> Cooperado - é o produtor rural, o trabalhador urbano ou outro profissional de qualquer atividade sócio econômica, que se associa para participar ativamente de uma cooperativa, cumprindo com os seus deveres e observando os seus direitos.
> Autogestão cooperativa - pode ser entendida como a gestão da cooperativa pelos próprios associados. É uma forma de democratização das decisões em organizações econômicas simples ou complexas, característica que marca todas as cooperativas.
> Terceirização - liame que liga uma empresa tomadora à empresa prestadora de serviços, mediante contrato regulado pelo direito civil, comercial ou administrativo, com a finalidade de realizar serviços coadjuvantes da atividade-fim, visando redução dos custos operacionais, aumento da capacidade de produção e redução de tempo na escala produtiva até o produto acabado.
> Globalização - consiste na integração econômica dos estados-nação, onde as leis do mercado regulam o processo econômico, tendo por agentes dinamizadores os grandes conglomerados transnacionais, ordenado pelo capital financeiro.

Basicamente, existem sete modelos principais de cooperativas de trabalho, citadas por Pinho (1998:29-30), consideradas pontos de partida para a imensa variedade de possíveis combinações cooperativistas nos centros urbanos:

- Modelo Terciário - está diretamente ligado com a intensa urbanização dos dias atuais e com a contínua ampliação do setor de serviços;
- Modelo Autônomo - constituído pelas cooperativas de operários associados, cujo capital social resulta de suas poupanças iniciais e/ou de uma socialização voluntária das sobras;
- Modelo Comunitário - inspira-se nas realizações Owenitas que refloriram várias vezes. Há também outras realizações aparentadas na zona urbana, como as comunidades de bairro, as cooperativas de autoconstrução, etc.;
- Modelo Participativo - segue a linha fourierista, combinando capital, trabalho e talento;

- Modelo Sindical - procede da nostalgia da um cooperativismo sindical ou de um sindicalismo cooperativizado;
- Modelo Federado - de inspiração inglesa, provém das cooperativas atacadistas Wholesales de 1895 e de 1990, ou seja, da vitória da produção cooperativista dos consumidores associados sobre a cooperativa de produção dos operários associados;
- Modelo Político - postula a transformação prévia do regime econômico como condição de desenvolvimento do cooperativismo de trabalhadores.

2.5 A importância das cooperativas de trabalho no contexto contemporâneo

Com a cooperativa de trabalho minimizam-se os efeitos provocados pelo capitalismo, permitindo novos enfoques sociais, em que o trabalhador apropria-se do capital mais importante que é a sua própria força de trabalho. Assim, essa força é utilizada na prestação de serviços, em conjunto e esforços comuns de outros trabalhadores, no diminuir a mais-valia capitalista e buscar a partir daí a própria renda, sem precisar repartir o seu trabalho com o detentor do capital , como se fosse um empregador, que no caso efetivamente inexistente nesse processo.

Nesse contexto, de Oliveira (2000) advém a lição a seguir:

> As Cooperativas de Trabalho, no enfoque como meio de socialização do capital, ou de capitalização do trabalho em prol dos diretos detentores da força humana geradora de determinada atividade física ou intelectual, não podem ser admitidas como meras intermediadoras de mão-de-obra em favor de terceiros, detentores de capital, tanto mais porque, em regra, as cooperativas decorrem da união produtiva dos cooperados em prol da própria associação, e, assim, qualquer admissão de terceiros tomadores dos serviços junto à cooperativados, através da entidade associativa, deve exigir como premissa básica a inexistência de vínculo entre a atividade-fim do tomador de serviço e a da Cooperativa de Trabalho, senão quando esta se estabeleça em decorrência de excepcionalidades temporais.

Desse modo, pode-se afirmar que as características das relações advindas do mercado de trabalho são próprias de cada atividade econômica e variam no tempo e no espaço. Tanto é verdade que a Revolução de 1930 provocou alterações que modificaram substancialmente essa relação. A partir daí o Brasil apresentou dois comportamentos distintos em relação ao funcionamento do mercado de trabalho.

Entre 1930 e 1980, por exemplo, o país confirmou o seu mercado nacional de trabalho movido pelo ciclo da industrialização e da urbanização, consubstanciado numa retomada do processo de desenvolvimento, embora ainda de forma lenta.

Nos dias atuais, nota-se a importância no setor cooperativo quando se constata que existem no Brasil cerca de vinte e cinco mil cooperativas, embora apenas pouco mais de sete mil são filiadas à OCB. Quase mil delas divergem da condução da OCB e se filiaram à União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), não reconhecida por lei. Desse modo, o cooperativismo de agricultura familiar representa dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e cerca de trinta e cinco por cento do PIB agropecuário, existindo hoje 4,5 milhões de famílias que sobrevivem da agricultura familiar sendo que 1,5 milhão estão organizadas em cooperativas.

Ainda conforme esta revista, as cooperativas agropecuárias têm participação entre trinta e cinco a quarenta por cento do PIB agrícola. Segundo dados estatísticos da OCB existem atualmente 1.624 cooperativas agropecuárias em atividade, com um total de 940.482 agricultores associados, gerando 110.910 empregos diretos, com 6.308.352 pessoas vinculadas direta e indiretamente (cooperados, familiares e agregados), sendo que o setor deverá continuar crescendo em faturamento na ordem de vinte por cento ao ano, devido ao desenvolvimento agrícola, ao desempenho dos produtores rurais e à ocupação dos novos espaços no mercado.

No segmento de prestação de serviços e atividades diversas, nas áreas urbanas e rurais, se organizam em cooperativas de trabalho garçons, serviços de táxi, limpeza e portaria de edifícios, catadores de papel, apoio ao transporte, ônibus clandestinos, mulheres, artesãs, costureiras, confecção, construção civil, movimentadores de mercadorias, e mais recentemente colhedores de laranjas em São Paulo – SP e em diversas regiões circunvizinhas.

Cerca de trinta por cento dos postos de trabalho abertos foram por conta própria, sem remuneração e empregadores. A taxa de assalariamento, em 2002, foi de apenas 54% do total da ocupação, enquanto em 1980 chegou a ser de 2/3 das ocupações.[1]

---

[1]As informações aqui apresentadas foram extraídas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em 20/11/2007.

Entre 1980 e 2000, por exemplo, verificou-se que de cada dez ocupações geradas, metade foi de responsabilidade do segmento não-organizado e a outra do segmento organizado. O terciário foi o principal setor responsável pela maior expansão do total das ocupações, uma vez que a indústria de transformação apresentou perda em sua participação relativa no total das ocupações. Ao mesmo tempo, o segmento organizado da ocupação gerou menor variação no total das ocupações, sendo, por isso, responsável pela queda na sua participação relativa no conjunto PEA ocupada. No segmento não-organizado, o setor terciário respondeu pela abertura de 81,8% do total dos postos de trabalho do meio urbano brasileiro.

As cooperativas cresceram mais que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro nos últimos anos. Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o faturamento do setor em 2007 foi 6,15% maior que 2006, enquanto o PIB cresceu 5,3%. Só em exportações, as vendas atingiram US$ 3,3 bilhões – 16,5% a mais que no ano anterior. O carro-chefe desse crescimento, de acordo com a OCB, são as cooperativas de crédito, especialmente rural, que é a área que mais tem crescido e que tem mantido um índice de crescimento, de desenvolvimento muito grande, sendo o crédito urbano merecedor de maior destaque de crescimento no setor.

Entretanto, mesmo com projeção de manutenção dos números em 2008, com o faturamento crescendo 6,99%, 2006 ainda é um ano imbatível para as cooperativas brasileiras. Naquele ano, as exportações aumentaram 25,7% e o faturamento cresceu 11,61%.[2]

As exportações diretas das cooperativas brasileiras cresceram 33,8% no primeiro semestre de 2007, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O resultado faz parte de um estudo realizado pela Gerencia de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (GEMERC/OCB), com base em dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDC). As cooperativas brasileiras exportaram nestes seis meses o equivalente a US$ 1,4 bilhão, enquanto em 2006 foi registrado US$ 1,08

---

[2]As informações aqui apresentadas foram extraídas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em 20/11/2007.

bilhão. No que tange ao volume exportado, também houve crescimento, passando de US$ 2,8 milhões, valor contabilizado no primeiro semestre de 2006, para US$ 3,8 milhões neste ano. A Balança Comercial do setor apresentou um superávit de US$ 1,3 bilhão, demonstrando aumento de 30,9% em relação a 2006. Os bons resultados podem ser creditados aos setores de açúcar e álcool, soja, carnes e café.

Entre os produtos exportados pelas cooperativas brasileiras, foi destaque nos seis primeiros meses de 2007, ocupando o primeiro lugar no *ranking*, o segmento de açúcar e álcool, totalizando US$548,3 milhões. Foi registrado crescimento de 43,8% em relação ao mesmo período de 2006, quando os embarques somaram US$ 381,4 milhões. Dentro deste complexo, o produto que mais se destacou foi o açúcar, ocupando pelo terceiro ano consecutivo a primeira colocação no resultado geral das exportações. Até o momento, foram exportados US$ 327,7 milhões, com aumento de 11% frente a 2006. O complexo de soja, com volume exportado de 1,42 milhão de toneladas de soja e seus derivados, aparece logo em seguida, registrando crescimento de 20,5% em relação ao mesmo período de 2006, quando os embarques somaram US$1,17 milhões de toneladas. Também houve aumento de 35% nos valores, passando de US$ 277 milhões (1º semestre/2006) para US$ 374 milhões (1º semestre/2007). As exportações de grãos de soja, principal produto do complexo, renderam US$220,8 milhões no acumulado de janeiro a junho. Em terceiro lugar aparece o complexo de carnes que, assim como o de soja, impactou o resultado das exportações com crescimento de 28,2% no valor exportado, comparando o primeiro semestre de 2007 com o mesmo período de 2006. Da mesma forma, contabilizou aumento do volume exportado, registrando 171,5 mil toneladas e 9,1% de incremento se comparado com os seis primeiros meses do ano passado, quando foram embarcadas 157 mil toneladas.[3]

O principal mercado de destino dos produtos das cooperativas brasileiras foi a China, que importou US$ 156 milhões no primeiro semestre deste ano, sendo que em 2006 o valor total exportado foi de US$ 125,8 milhões, representando aumento de 24%. Quanto ao volume, o total embarcado foi de 581 mil toneladas, com

---

[3]As informações aqui apresentadas foram extraídas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em 20/11/2007.

aumento de 11% em relação ao volume exportado de 524 mil toneladas de janeiro a junho de 2006. O principal produto exportado para a China foi grão de soja. No grupo dos países importadores aparecem, em seguida, os Países Baixos, Alemanha e Rússia. No primeiro semestre de 2007, o estado que mais exportou foi São Paulo, sendo responsável por 39% do total exportado, ou seja, US$ 567 milhões. Além disso, SP apresentou um crescimento de 28,3% frente ao mesmo período de 2006. Os principais produtos vendidos foram outros açúcares de cana, beterraba, sacarose (US$ 327,7 milhões), álcool etílico (US$ 119,6 milhões) e açúcar de cana bruto (US$ 55 milhões). Ao mesmo tempo, o Porto do Rio de Janeiro foi o que apresentou maior crescimento, cerca de 3.690%, saindo de US$ 52 mil para US$ 1,9 milhão. Este aumento ocorreu em virtude, principalmente, das Exportações de leite integral em pó.

Nessa perspectiva, a participação das cooperativas tem peso significativo nas economias nacionais. Assim, na Bélgica, as cooperativas farmacêuticas têm uma participação de 19,5% do mercado. No Brasil, as cooperativas produzem 72% do trigo, 43% da soja, 39% do leite, 38% do algodão, 21% do café. Na Coréia, as cooperativas agrícolas reúnem mais de dois milhões de produtores rurais, cerca de 90% do total, e faturam, anualmente, uma cifra superior a 11 bilhões de dólares. Nos Estados Unidos existem mais de trinta cooperativas com faturamento anual superior a um bilhão de dólares. Além disso, cerca de trinta por cento da produção agrícola nacional é comercializada através de três mil e quatrocentas cooperativas ativas em todo o país. Na Finlândia, as cooperativas são responsáveis pela produção de 74% dos alimentos, noventa por cento dos produtos lácteos, cinqüenta por cento da produção de ovos, 34% da produção florestal e movimentam 34% dos depósitos no sistema financeiro.[4]

Na Argentina, existem mais de 18 mil cooperativas, que reúnem uma cifra superior a nove milhões de membros. Na Bélgica, existiam mais de trinta mil cooperativas, em 2001. No Canadá, uma em cada três pessoas é membro de uma cooperativa. Só o movimento Desjardins, em Quebeque, reúne mais de 5 milhões de associados. Na Colômbia e Costa Rica, cerca de dez por cento da população é

---

[4]As informações aqui apresentadas foram extraídas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em 20/11/2007.

membro de cooperativas. Nos Estados Unidos, este percentual chega a 25%. No Japão, 91% dos produtos agropecuários são sócios de empresas cooperativistas e faturam anualmente, cifra superior a noventa bilhões de dólares. No Quênia, as cooperativas têm uma participação de 45% no PIB do país e movimentam 31% dos depósitos do crédito nacional. Além disso, produzem setenta por cento do café, 76% dos produtos lácteos e 95% do algodão. Na Noruega, as cooperativas produzem 99% do leite e derivados, as cooperativas de consumo participam de 25% do mercado, as cooperativas de pesca são responsáveis por 8,7% das exportações nacionais e as cooperativas de produção florestal têm uma participação de 76% do setor. Um em cada três habitantes do país é sócio de uma cooperativa. No Reino Unido, a maior agência de viagem independente, é uma cooperativa. Em Singapura, as Cooperativas de Consumo têm uma participação de 55% do setor de supermercados e faturam setecentos milhões de dólares anuais. No Uruguai, as cooperativas produzem noventa por cento do leite e seus derivados, 34% do mel e sessenta por cento do trigo nacional.

Diante desse contexto, pode-se inferir que as cooperativas criam e mantém empregos em todo o planeta. Empregam mais de cem milhões de pessoas em todo mundo, que representam cerca de vinte por cento do que empregam as empresas multinacionais. Só na Europa, os bancos-cooperativas empregam mais de setecentas mil pessoas. No Canadá, as cooperativas dão emprego a mais de 160 mil pessoas. Na Colômbia, uma cooperativa de saúde é a segunda empresa no ranking nacional de geração de empregos. Na Eslováquia, as cooperativas empregam cerca de 75 mil pessoas. Na França, 21 mil cooperativas dão emprego a mais de setecentas mil pessoas. No Uruguai, as cooperativas dão emprego direto ou indireto, a mais de quarenta mil pessoas, número equivalente a três por cento da população economicamente ativa do país.[5]

Entretanto, mesmo diante do sucesso alcançado, a maioria das cooperativas enfrenta dificuldades ligadas à carência de assessoria e gerenciamento especializados. Assim, o desempenho das cooperativas apenas com a boa vontade

---

[5]As informações aqui apresentadas foram extraídas da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), disponível em <http://www.brasilcooperativo.com.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em 20/11/2007.

dos associados, cujos conhecimentos são limitados, pode gerar improvisações que, por vezes, distorce o real papel das cooperativas e sua inserção no mercado. Assim, existe uma lacuna, na maioria das cooperativas especialmente as de trabalho, justamente pela atividade que exercem bem diferente da de gerenciamento.

Nesse sentido, Nascimento (2000:98) afirma que as cooperativas necessitam se profissionalizar não apenas tendo em seus quadros pessoas com convencimento pleno, mas, sobretudo com uma visão de mudança, bem assim a sociedade, o comportamento do governo, a atitude dos associados e dos empregados, a forma de agir dos dirigentes, e para tanto, é preciso que o profissional não tenha domínio apenas de finanças, de economia, de mercado, de contabilidade, mas é imprescindível possuir um perfil inovador. Este profissional dever ter conhecimentos teóricos específicos na área empresarial, com identidade suficiente para assimilar a essência do processo cooperativo e suas dificuldades, além de boa formação doutrinária e teórica.

Por conseguinte, percebe-se que, enquanto ocorrem profundas mudanças no mundo, os países desenvolvidos avançam suas economias para o pós-industrial, baseadas primordialmente no conhecimento. Analisando esse assunto, Crawford (1994:21) diz: "Nesta nova economia, informação e conhecimento substituem capital físico e financeiro, tornando-se uma das maiores vantagens competitivas nos negócios; e a inteligência criadora constitui-se na riqueza da nova sociedade".

Entretanto, a profissionalização nas cooperativas é absolutamente necessária, o que não significa substituir o dirigente eleito pelo técnico. Ao contrário, quanto mais técnicos têm as cooperativas mais dirigentes profissionais precisam nos quadros administrativos e de fiscalização. Profissionalização não é sinônimo de conhecimento técnico, mas de identidade, responsabilidade e compromisso com a causa do cooperativismo, e essas qualidades devem ser encontradas não apenas nos técnicos, contratados ou eleitos, mas em todos os quadros da cooperativa (NASCIMENTO, 2000:71-72).

Com base nos resultados das experiências cooperativistas, muitas empresas comerciais, buscam humanizar as relações de trabalho, utilizando vários incentivos como participação nos lucros, programas de treinamentos e planos de saúde. Os empresários começam a perceber a necessidade de que os trabalhadores se sintam parceiros da empresa, mas o que pode até parecer proposta societária ainda está longe de se assemelhar à cooperação, onde verdadeiramente todos são donos do

empreendimento (TESCH, 1995:20). Constata-se, portanto, que tanto os patrões como os empregados estão interessados no surgimento das cooperativas de trabalho, mas por motivos distintos: os empregados preferem sair do condicionamento da empresa para se tornarem autônomos, enquanto os patrões querem reduzir os custos fixos da empresa, contratando as cooperativas de trabalho e de serviços esporádicos.

Até nesse ponto, não há ilegalidade ou desvio nos princípios filosóficos do cooperativismo. Entretanto, deve-se estar atento às sérias distorções que precisam ser evitadas para garantir o desenvolvimento sadio do cooperativismo de trabalho. A primeira distorção ocorre quando os empresários querem organizar cooperativas de trabalho, com o objetivo de fugir dos encargos sociais; a segunda ocorre quando os empresários querem terceirizar serviços permanentes, essenciais para o funcionamento da empresa. Outrora, a empresa contratava responsável pelo serviço; hoje, ela prefere que os trabalhadores constituam pequenas firmas independentes e lhes prestem serviços. Para a empresa-cliente, a vantagem está na flexibilização do relacionamento e, também, menor custo do trabalho, pois ela deixa de pagar o tempo morto, quando a equipe não tem o que fazer, e as horas-extras, quando a urgência da tarefa impõe trabalho além da jornada normal.

O cooperativismo é praticado também por grupos econômicos com interesse principal de escapar de suas responsabilidades fiscais e trabalhistas e cuja conseqüência imediata é o agravamento da crise do desemprego e precarização das relações de trabalho. Essas cooperativas são utilizadas como instrumento de terceirização do trabalho, do que como instrumento de organização sócio-econômico, o que dificulta a implementação de políticas para o setor cooperativista. Assim, o cooperativismo popular, surge como alternativa baseada em valores comprometidos com outra cultura econômica e com a formação integral do cidadão, para que busque sua inserção no mercado de trabalho e outras formas emancipadas de relação econômicas. Desta forma, não se admite a reprodução de práticas de administração que não estejam de acordo com o princípio da auto-gestão, ou seja, capacidade de tomar decisões e manejar o próprio desenvolvimento, como pessoa, iniciativa e sociedade.

No Brasil, existe todo um arcabouço jurídico que serve de base para as cooperativas, inclusive, colocando-as no patamar de interesse público. A própria Carta Magna, promulgada em 1988, em seu artigo 174, § 2° especifica que "A Lei

apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo". Assim nesse sentido, Nascimento (2000, p. 48) ressalta que: [...] apesar de vigorando com a presença da Constituição. A atual Lei Cooperativista apresenta lacunas que não possibilitam dar conseqüência prática ao que [...] o que torna imperioso a aprovação de novo instrumento legal, embora se reconheça não ser ele apenas suficiente pra fazer prevalecer princípios de natureza ética e operacional que deve caracterizar a ação das cooperativas.

A preocupação com um aparato legal para as cooperativas advém do fato de que é necessário ser alcançado um conhecimento adequado sobre o seu verdadeiro papel, o que pode ser acionado para fazer prevalecer os seus princípios. É inegável, porém, que as cooperativas regulares e legalmente constituídas, precisam ser procuradas com bastante critério. Existem alguns fatores que são primordiais e fundamentais quando da escolha, como: preferir cooperativas que atendam também a outros clientes, evitando dependência econômica de uma única empresa, definir no contrato as normas técnicas e operacionais e não acatar interferência nas atividades da cooperativa.

Da mesma forma, constata-se também que, de maneira simultânea às macro mudanças no funcionamento geral do mercado de trabalho, teve curso uma série de pequenas inovações no interior das grandes empresas capitalistas. Em certo sentido, houve alterações significativas na divisão social do trabalho capitalista diante do avanço das novas técnicas de gestão e organização da produção. Este fato desembocou num processo que vem sendo favorável ao fortalecimento do sistema cooperativista, que nessa nova fase capitalista, se preocupa no sentido de adotar a gestão administrativa de forma profissional, estando seus dirigentes sempre em busca de novos conhecimentos específicos nesta área.

2.6 Outra cooperativa de trabalho na região-estudo de caso

Trata-se de um trabalho intitulado “A cooperativa do trabalho como alternativa para minimizar o desemprego: Análise das vantagens do cooperativismo no segmento hospitalar em Itabuna: Estudo de caso”, realizado no ano de 2004, por aluna da UESC (Universidade Estadual de Santa Cruz), como pré-requisito para

conclusão do curso de Ciências Econômicas. A pesquisa teve como objetivo discutir o papel atribuído à cooperativa de trabalho como instrumento de inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho e consequentemente contribuírem para minimização do quadro de desemprego. Apresentado sob a forma de pesquisa de campo, realizado com trabalhadores no segmento de enfermagem, lotados no Hospital de Base na Cidade de Itabuna, os quais atuam sob o sistema de cooperativa. Foi utilizado para coleta dos dados um questionário contendo perguntas fechadas. Participou da pesquisa quarenta dos 403 associados do universo da cooperativa estudada. Este estudo se preocupou em traçar o perfil dos trabalhadores neste tipo de cooperativismo, identificando idade, sexo, escolaridade e estado civil; o mercado de trabalho, a oferta de emprego e a competitividade; e aspectos da cooperativa no tocante a rendimentos, pró-labore. Como resultado do estudo foi traçado o perfil do cooperado como sendo de pessoas entre 21 a 30 anos, a maioria do sexo masculino, solteiros e possuindo o ensino médio (77,5%), sendo apenas dez por cento com ensino superior.

Os resultados desta pesquisa apontam que:

- a opção pelo sistema cooperativista se deu em função do desemprego que assolava o setor da saúde;
- o grau de satisfação do cooperado em relação à cooperativa foi considerado como regular pela maioria dos pesquisados;
- os níveis salariais foram considerados abaixo do desejável, embora dissessem que estejam acima do mercado de trabalho local;
- que existe mercado de trabalho para esta área de atuação;
- 62,5% dos entrevistados atuam na área de enfermagem a mais de um ano;
- 70% dos entrevistados afirmaram ter um pró-labore mensal de até dois salários mínimos;
- 77,5% dos indivíduos disseram que o pró-labore recebido não corresponde ao tipo de trabalho desenvolvido;
- 55% consideram que a atuação da cooperativa de trabalho, no tocante à alocação de mão-de-obra é regular;
- 95% dos entrevistados disseram que não participam ativamente da tomada de decisões da cooperativa;
- 67,5 responderam que o sistema cooperativista ajuda a diminuir o desemprego;

A pesquisa concluiu que o sistema cooperativista no setor hospitalar foi considerado como uma experiência que tem dado certo, sendo considerado como uma alternativa para contornar o problema do desemprego e que no seguimento de enfermagem tem se concretizado como um mercado que está em expansão.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico realizou-se uma pesquisa descritiva e de campo, que segundo Vergara (2002:47), é o que melhor expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Através desse método, pode-se ainda estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Para atingir tal fim, utilizou-se, de forma criteriosa, a coleta de dados através de um questionário contendo vinte e sete perguntas fechadas, (Anexo A) envolvendo os associados da COOPMIL - Cooperativa dos Profissionais de Montagens Industriais Ltda., localizada na Cidade de Itabuna-BA.

3.1 Objeto de estudo

A presente pesquisa objetiva analisar o cooperativismo de trabalho, através do estudo de caso relativo à Cooperativa dos Profissionais de Montagens Industriais Ltda. - COOPMIL, localizada na BR 415, km 04, nº 2.615, Rua da Palha - Ferradas – Itabuna-Bahia, sociedade de pessoas físicas, envolvendo trabalhadores de diversas classes, reunidas para o exercício profissional, em regime de auto-gestão, constituída em 24 de setembro de 1998. Objetiva propiciar benefícios aos associados, estendendo-os às suas famílias e à comunidade onde está inserida, promovendo melhoria nas condições de trabalho e crescimento profissional, com vistas a minimizar a questão do desemprego que ainda assola a Cidade de Itabuna-BA e região.

Assim, com esta visão foi que quarenta pessoas desempregadas, usando o espírito de solidariedade e a coragem de romper as barreiras para vencer o desemprego, fundaram a COOPMIL. Atualmente conta com cinqüenta e oito associados, sendo que após a pesquisa do ano de 2000 alguns dos sócios fundadores foram eliminados e houve admissão de outros sócios. Esta cooperativa presta serviços industriais, nas áreas de montagem e manutenção nas áreas elétrica, eletrônica, mecânica, caldeiraria, refrigeração, usinagem, encanação industrial, além de outros. Prestam serviços para as empresas Cargil Cacau Ltda., PPAM (antiga Companhia Produtora de Alimentos-Nestlé), Delfy Cacau Ltda., Calçados Azaléia Nordeste, Penalty, INACERES e Joanes Industrial. Seu campo de atuação engloba várias cidades, tais como: Ilhéus, Itabuna, Itapetinga, e Uruçuca, todas na Bahia.

A COOPMIL encontra-se já estruturada após ter decorrido quase uma década de existência, sendo o seu atual Presidente o Sr. Márcio Santos Rocha e o Vice-Presidente o Sr. Ronaldo Barros de Santana.

Procura-se ressaltar a importância dos treinamentos e cursos proporcionados pela COOPMIL aos sócio-cooperados como credencial para colocação do trabalhador no mercado de trabalho regional vencendo, assim, o desemprego e, principalmente, visando à obtenção de maior renda.

Assim, buscou-se respaldar esse estudo numa análise comparativa, cujos dados foram coletados em Sindicatos de Trabalhadores e empresas privadas do ramo industrial, com a finalidade de estabelecer conexões entre as variáveis, causas e efeitos, no sentido de explicar e justificar a existência da cooperativa de trabalho na região como gerador de trabalho e renda.

Para que os objetivos desse estudo fossem alcançados, buscaram-se informações nos Sindicatos de Trabalhadores, sindicalistas, empresas locais, todas atuantes na mesma área de atividade, relativamente à industrial, além da COOPMIL, através de entrevistas estruturadas com os sócio-cooperados, além de pesquisa em literatura versando sobre o tema.

3.2 População

Atualmente a COOPMIL é formada por 58 sócio-cooperados; desses, quarenta e seis participaram da pesquisa; o restante dos associados ou não quiseram participar, ou não se encontrava na localidade durante o período de aplicação do questionário.

3.2.1 Unidade de Amostra

Utilizou-se o recurso da amostragem, escolhida de forma aleatória simples, tomando-se como base a situação do associado em regime de cooperativismo. Assim, a unidade de amostra ficará composta por quarenta e seis trabalhadores, o que representa o universo de quase oitenta por cento dos indivíduos lotados nesse sistema de cooperativa do trabalho de Itabuna.

3.3. Fontes de Dados

Os dados primários foram coletados a partir das respostas às questões tratadas no questionário com os indivíduos participantes. Os dados secundários foram obtidos a partir de informações fornecidas pela pesquisa bibliográfica e de outros trabalhos realizados nessa área, feito em outra pesquisa por aluna da UESC, em relação à Cooperativa do Trabalho no âmbito da saúde em Itabuna-BA. De posse desses dados, fazer-se um comparativo, com posterior análise dos dados coletados e interpretados na pesquisa anterior, resultado de Monografia com a mesma cooperativa no ano de 2.000 e desta.

3.4 Variáveis

O presente estudo tem como variáveis básicas:

I. o perfil do cooperado no segmento trabalho, conforme idade, escolaridade, sexo, estado civil e profissão, cujos dados foram catalogados de acordo com as informações contidos no questionário;
II. o mercado de trabalho, com o objetivo de constatar-se a oferta de emprego e a competitividade existente, além de averiguar a inserção desses cooperados nesse mercado, inclusive fazendo-se um comparativo com salários praticados por outras empresas estabelecidas na Cidade de Itabuna que lidam com a mesma atividade profissional;
III. aspectos que indiquem se houve melhora na qualidade de vida, proporcionada pela Cooperativa a seus associados, e até mesmo à comunidade, tais como: rendimentos, pró-labore, assistência profissional propiciados através de cursos de aperfeiçoamento e reciclagens, educacional e familiar, com o objetivo de traçar um perfil do atual cooperado.

Tendo em vista o caráter do estudo, a pesquisa se dá envolvendo quase 80% do universo de associados da COOPMIL, fazendo-se, assim, levantamento quase que total dos cooperados. Considera-se a freqüência percentual de cada profissão em relação ao número total de associados, tendo como base a relação de associados fornecida pela COOPMIL.

De acordo com Bunchaft & Kellner (1998:16), o que caracteriza certa população é a existência de atributo comum a todos os elementos do conjunto que a compõem, conceito que ratifica a escolha do procedimento adotado nesta pesquisa, tendo em vista que os sujeitos participantes deste universo possuem as características comuns necessárias ao objeto da investigação.

3.5 Indicadores de análise

Para diagnosticar o cooperativismo de trabalho como solução para minimizar o desemprego e auferir maior renda, identifica-se as seguintes variáveis:

a) níveis de salários (renda);
b) categorias profissionais envolvidas;
c) níveis de emprego;
d) treinamentos de mão-de-obra recebidos, em cada área de atuação específica.

Para mensurar a demanda da capacitação profissional, foi verificada a oferta de treinamentos e cursos que a COOPMIL propicia aos sócio-cooperados.

3.6 Método de Coleta de Dados / Instrumentos de Pesquisa

A abordagem do tema em estudo foi inicialmente realizada por meio de entrevista, seguindo roteiro previamente delineado (anexo A) e outra diretamente com o presidente da cooperativa e alguns associados, coletando-se assim os dados primários utilizados.

As profissões envolvidas na pesquisa com as respectivas quantidades de associados foram as seguintes:

Auxiliar administrativo - 02
Ajudante prático – 07
Auxiliar de Manutenção - 05
Eletricista de montagem industrial - 05
Encanador industrial - 03
Instrumentista – 01
Isolador Industrial – 01
Mecânico de refrigeração - 01
Mecânico Industrial - 06
Mecânico de manutenção - 05
Mecânico montador - 04
Pintor - 02
Soldador industrial - 04

Acrescenta-se, ainda, ao estudo a coleta de dados secundários, provenientes de informações obtidas de documentos já registrados por outros pesquisadores, além de utilizar-se de informações prestadas por empresas atuantes no mesmo ramo na Cidade de Itabuna.

Recorreu-se à abordagem quantitativa, uma vez que esse tipo de tratamento busca dimensionar opiniões e dados, catalogados entre as diferentes formas, tais como: o emprego de recursos e técnicas estatísticas, normalmente utilizadas como centro do processo de análise do problema, quais sejam: porcentagem, média aritmética, correlação e regressão, entre outras, muito utilizadas durante as comparações dos fatos estudados.

A abordagem qualitativa foi também aplicada porque emprega como parâmetros o uso de critérios, categorias, escalas de atividades ou, ainda, busca identificar com intensidade determinado conceito, opinião ou comportamento que se manifesta. Descreve e classifica os processos dinâmicos e experimentados por grupos sociais. Apresenta contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo, permitindo em maior profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

Trata-se de estudo que identifica as variáveis específicas. Assim, a variável em análise é compreendida como tudo que apresenta diferenças, alterações, inconstância, e que, sejam importantes para explicar complexas características da temática enfocada. Possibilita o desenvolvimento de análise que permite verificar a ordenação, classificação e melhor compreensão das diversas variáveis envolvidas na pesquisa. Explica as relações de causa e efeito e o papel que desempenham no estudo.

3.7 Tratamento Estatístico dos Dados

O tratamento dos dados efetiva-se com base na estatística descritiva, em função da predominância de informações primárias, defronta-se com diversas fontes, o que torna difícil a investigação e entendimento. Segue, então, o ordenamento para processar, além de facilitar a interpretação dos dados carreados.

Justifica-se o uso do método estatístico por ser a técnica recomendada para coletar, apresentar, descrever, analisar e prever os aspectos quantitativos das coisas ou acontecimentos se os mesmos puderem tomar a forma de contagem ou medida (CUNHA,1968:9). O ramo da estatística que se destina à coleta, apresentação e descrição dos dados é a estatística descritiva.

E, em concordância com o que preceitua Bunchaft & Kellner (1998:15), a estatística é o conjunto de processos que têm por objetivo a observação, classificação e análise dos fenômenos coletivos (ou de massa) e por fim, a indução das leis à qual eles obedecem respaldados na apresentação, numérica tabular ou gráfica, dos resultados da observação de fenômenos de massa.

Utiliza-se como instrumental de coleta dos dados primários para o desenvolvimento do presente trabalho de pesquisa, a entrevista, envolvendo associados da COOPMIL, da qual participaram quarenta e seis dos cinqüenta e oito sócio-cooperados. Procura-se enfatizar a problemática do desemprego e renda, elaborando-se ainda levantamentos secundários pesquisados na literatura, em relatórios e informações prestados pela COOPMIL e trabalhos realizados sobre o tema. Procede-se à tabulação dos dados, objetivando fazer-se o comparativo com a remuneração percebida pelos associados que exercem determinada profissão com outros da mesma área no setor privado, a fim de constatarem-se os padrões de remuneração e ocupação profissional. Os dados referentes à renda foram adquiridos através de informações da entrevista e levantamentos realizados em Sindicatos de Trabalhadores e empresas privadas do ramo industrial.

O questionário foi aplicado de forma sistematizada e ordenada, através de perguntas objetivas. Nas entrevistas segue-se roteiro previamente estabelecido, de acordo com formulário elaborado, testado, buscando-se respostas para as variáveis selecionadas. A padronização objetiva extrair dos entrevistados as respostas que permitam classificação para posterior comparação com o mesmo conjunto de perguntas. Procura-se formular questões objetivas para evitar dúvidas ou interpretações ambíguas quanto às perguntas subjetivas e permitir um real tratamento estatístico.

Para se chegar aos resultados buscou-se apoio na análise estatística e diversas fases foram desenvolvidas. Essas etapas são denominadas fases do trabalho estatístico e pertencem ao âmbito da estatística descritiva e consistem, basicamente, na definição do problema a ser estudado e procedimentos objetivando a resolução, seguida da coleta, apuração, apresentação e interpretação dos dados, com a conseqüente análise dos resultados obtidos. Tais dados foram organizados em tabelas de séries determinadas pela ordem de classificação, tendo por finalidade sintetizar os dados, tornando-os mais compreensíveis. (CUNHA, 1968:15).

Recorrendo a Toledo & Ovalle (1985:15) conceitua-se a estatística descritiva como:

> Um número que sozinho descreve uma característica de um conjunto de dados. Trata-se, portanto, de um número-resumo que possibilita reduzir os dados a proporções mais facilmente interpretáveis. Evidentemente, ao resumir os dados através do uso de estatística descritiva, muita informação irá necessariamente se perder, além de ser provável a obtenção de resultados distorcidos, a menos que eles sejam interpretados com muita precaução.

Assim, os dados foram coletados, organizados, classificados e apresentados através de gráficos e tabelas devidamente interpretados. Porém, a etapa considerada como mais importante do estudo é a que diz respeito à análise e interpretação dos dados, conforme entendimento de Toledo & Ovalle (1985:21):

> Análise e interpretação de dados - esta é a fase mais importante e também a mais delicada. O interesse maior reside em tirar conclusões que auxiliem o pesquisador a resolver o problema. A análise dos dados estatísticos está ligada essencialmente ao cálculo de medidas, cuja finalidade principal é descrever o fenômeno.

Realiza-se, assim, um estudo de caso de base exploratória. O estudo de caso é caracterizado pelo envolvimento de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos mediante outros delineamentos considerados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As cooperativas sempre tiveram como objetivo não apenas um simples retorno financeiro, justamente por sua estrutura democrática baseada em seus membros. Os valores e princípios cooperativos têm estado no âmago do modelo empresarial cooperativo, há mais de 160 anos. Os valores específicos do cooperativismo incluem: auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade e solidariedade. Segundo a tradição de seus fundadores, o cooperativismo acredita nos valores éticos de honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com o semelhante.

A cooperativa de trabalho tem se mostrado, na prática, como boa alternativa que os trabalhadores encontram para gerar, manter e recuperar postos de trabalho. As cooperativas vêm ocupando espaços crescentes num mundo cujas mudanças intensificam a competitividade e exigem novas formas de gerenciamento e de relações de trabalho e organização da produção.

Visando um melhor entendimento dos resultados encontrados, e considerando-se que participou da pesquisa quarenta e seis cooperados, ou seja, quase 80% da população da COOPMIL, dividem-se este estudo nos itens:

- visão do cooperativismo pelo associado;
- educação cooperativista;
- qualificação profissional;
- ocupação profissional (desemprego);
- renda.

Para demonstrar recorre-se para a análise dos resultados de tabelas. Assim, inicialmente, traça-se o perfil do associado objeto desta pesquisa, utilizando-se das

variáveis: idade, sexo, estado civil, grau de escolaridade, especificadas na tabela nº 01.

4.1 Perfil do associado

Tabela 01 - Perfil do associado - COOPMIL/2007

Questionamentos s/ perfil do associado	Nº de associados	%
4.1.1 Quanto à idade:		
Entre 19 e 22 anos	10	21,74
Entre 26 e 30 anos	07	15,22
Entre 32 e 36 anos	12	26,09
Entre 37 e 42 anos	08	17,39
Entre 44 e 50 anos	05	10,87
Entre 52 e 57 anos	04	8,69
4.1.2 Quanto ao sexo:		
Masculino	45	97,83
Feminino	01	2,17
4.1.3 Quanto ao estado civil:		
Solteiro	18	39,13
Casado	20	43,48
Outros	06	13,04
Não respondeu	02	4,35
4.1.4 Quanto ao nível de escolaridade:		
Ensino fundamental	11	23,91
Ensino médio	31	67,39
Nível superior	02	4,35
Não respondeu	02	4,35

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Diante dos dados coletados da presente pesquisa pode-se traçar o perfil do associado a partir do sexo, afirmando-se que 97,83% dos participantes da pesquisa

são do sexo masculino e pertence à faixa etária que varia entre os 19 aos 57 anos, observando-se uma concentração entre os 32 a 36 anos. A sua maioria é casado (vinte associados). Quanto à escolaridade dos participantes, observa-se que 31 sócios, ou seja, 67,39% possuem o ensino médio.

Observando-se os dados conclusivos do perfil do associado, em ralação à faixa etária, justifica-se que uma das características da sociedade moderna é a presença do indivíduo bastante jovem no mercado de trabalho, em função de vários motivos, dentre os quais podem ser citados: a contribuição da educação na preparação de mão-de-obra qualificada, busca de independência financeira, contribuir para o complemento da renda familiar, realização de sonhos de consumo, abertura do próprio mercado de trabalho para a inserção dos jovens etc. Entre os indivíduos entrevistados, também aparecem tais premissas, com a concentração do maior número de indivíduos entrevistados na faixa etária de 32 a 36, com 26,09% de representação dos dados desta pesquisa, seguido dos 19 a 22 anos, com representação de 21,74%. Sobre o sexo dos pesquisados observa-se que 97,83% são do sexo masculino, fato que é justificável pelo tipo de atividade que exercem ligados à manutenção de máquinas e equipamentos industriais. Sobre o perfil do estado civil dos entrevistados, a pesquisa constatou que 43,48% são pessoas casadas, seguidas dos solteiros com 39,13%.

A concentração dos entrevistados que responderam possuir ensino médio 67,39%, torna-se compreensível, se analisada com base na atual realidade brasileira, onde o indivíduo tem maior acesso ao sistema educacional de nível médio, além do fato de precisarem trabalhar mais cedo. Entretanto, sabe-se que para o cidadão brasileiro, é acenada a escolarização como preparação profissional para o conseqüente acesso ao mercado de trabalho, priorizando os cursos técnicos, agravado pelo fato de que as universidades são, em sua maioria, particulares e com altas mensalidades, o que inviabiliza o aceso desses jovens, ainda com baixos salários.

4.2 O Cooperativismo na ótica do associado

Reveste-se de importância fundamental que os associados estejam motivados para o desenvolvimento das atividades cooperativistas, a fim de que os trabalhos sejam prestados com eficiência e eficácia. Na função de donos e usuários da sociedade, os cooperados, além de responsáveis pelo alcance dos objetivos estabelecidos, precisam definir claramente como devem ser prestados os serviços a que se propõem.

Assim, deve o cooperado ter a consciência de que o cooperativismo valoriza a produtividade e a eficiência, não em vista do lucro e da acumulação de capital e, sim em atenção a uma progressiva e qualificada prestação de serviços aos seus donos-usuários. Isso se dá através de sua ativa participação no processo de produção e de distribuição de bens e serviços e no processo decisório. A formação do capital é um fator importante, porém não como fim ou objetivo último do processo econômico, mas, sobretudo, como instrumento necessário para a prestação dos serviços e a sua expansão, portanto, como um meio para a democratização de oportunidades e de renda.

Entretanto, necessário se faz que o grau de satisfação do indivíduo em relação ao desempenho de uma cooperativa esteja em níveis elevados para esta última tenha realimentação do seu cooperado em todo o processo. Num contexto mais amplo, os indivíduos satisfeitos com o desempenho da cooperativa, terão consciência da responsabilidade de participar e influenciar cada vez mais no destino da instituição. Dessa maneira, sua participação pode promover um maior engajamento que resulta em criatividade e a inovação; tais fatores em conjunto, realimentam positivamente o ciclo produtivo e faz com que a cooperativa se torne uma organização com grande desempenho.

Tabela 02 - O cooperativismo na ótica do associado - COOPMIL/2007

Questionamentos s/ cooperativismo	Nº de associados	%
01. Como você define o sistema de cooperativismo do qual faz parte?		
Instrumento de terceirização da mão-de-obra	15	32,61
Instrumento de organização sócio-econômico	02	4,35

Uma forma de auto-gestão na administração	01	2,17
Trabalhador manejando seu próprio desenvolvimento econômico	05	0,87
Associação de pessoas com interesses e objetivos comuns	23	50,00
02. O que contribuiu para sua opção em trabalhar no regime de cooperativa?		
Dificuldade de ingresso no mercado de trabalho	19	41,30
Desemprego por muito tempo	04	8,70
Eficiência da ação cooperativa	12	26,09
Curiosidade e a convite de um amigo	10	21,74
Não respondeu	01	2,17
03. O seu grau de satisfação como trabalhador (a) em regime de cooperativa pode ser considerado como:		
Ótimo	18	39,13
Bom	24	52,17
Regular	04	8,70
Péssimo	00	0,0
04. Você considera que o sistema de Cooperativa do Trabalho ajuda a diminuir o desemprego que hoje faz parte da realidade dos brasileiros?		
Sim	43	93,47
Não	03	6,53
05. Coloque por ordem de importância as vantagens de ser associado da Cooperativa (1,2, 3, 4)		
Crescimento profissional	17	1º
Aumento na renda	14	2º
Melhores condições de trabalho	13	3º
Facilidade de colocação no mercado de trabalho	11	4º
6. No setor trabalho quais dos motivos abaixo você considera como mais atingidos pelos efeitos da realidade econômica que atravessa o país?		
Salário	13	28,26
Estabilidade no emprego	05	10,87
Critério de seleção das empresas	06	13,04
Qualificação da mão-de-obra	22	47,83

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Analisando-se os dados da tabela 02, observa-se que:

- quando questionados como eles definem o sistema cooperativo vinte e três participantes, ou seja, cinqüenta por cento responderam que é uma organização de pessoas com interesses e objetivos comuns;
- quando inquiridos sobre o fator que contribuiu para a sua opção pelo sistema cooperativista 43,30%, ou seja, dezenove participantes afirmaram que foi a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho e 26,09% (doze participantes) afirmaram que se decidiram, em vista da eficiência da ação cooperativista. Analisando-se essas respostas sob o ângulo de que a primeira complementa a segunda, observa-se que o grupo está sintonizado e acreditando na força do cooperativismo como minimizador do desemprego;
- quando inquiridos sobre o seu grau de satisfação como trabalhador em regime de cooperativa 52,17% disseram que bom e 39,13% responderam que ótimo;
- no questionamento que inquire se o sistema cooperativa do trabalho ajuda a minimizar o desemprego 93,47, ou seja, 43 participantes responderam que sim;
- no item que requer que sejam colocadas as vantagens de ser cooperado por ordem de importância, crescimento profissional ficou em primeiro lugar com 17 votos, aumento da renda, em segundo com 14, melhores condições de trabalho em terceiro com 13 e facilidade de colocação no mercado de trabalho com 11 votos. Diante de tais preferências, existe a evidência de que mais uma vez os participantes enxergaram no cooperativismo uma forma de cresceram profissionalmente e adquirirem maior renda. Analisando-se tais dados, nota-se que a possibilidade de crescimento profissional e ter aumento em sua renda são fatores fortes e, portanto, predominam entre as preferências dos cooperados, evidenciando que a região é carente de postos de serviços e que necessita de outras entidades que criem, incentivem e promovam a geração de vagas de empregos. Esse fato ainda é corroborado pela alta taxa de desemprego que durante o período da pesquisa foi de 7,4%**,** conforme dados do IBGE**.**

Tanto é assim que quando questionados sobre qual o motivo que mais atingia o setor trabalho na atual realidade econômica brasileira 47,83%, ou seja, 22 participantes responderam que a qualificação da mão-de-obra, seguido de salário com 28,26%.

Esta visão dos cooperados entrevistados pode ser compreendida a partir do entendimento de que o cooperativismo vem, gradativamente, ocupando espaço e

contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento econômico do país. Mesmo porque, as cooperativas de trabalho possibilitam, ao contratador de serviços, vantagens como atendimento personalizado, seleção de cooperados de acordo com o perfil requerido pela empresa contratante, substituição de cooperados sem ônus em curto espaço de tempo, flexibilidade de quadro segundo a taxa de ocupação, redução dos custos operacionais com os recursos humanos, melhoria de qualidade do serviço executado. Em conjunto, tais fatores acima descritos, contribuíram decisivamente para que os contratantes de serviços cooperados voltassem um olhar atento para a viabilidade da mão-de-obra sob o sistema cooperativista e fizessem, a partir daí, uma ampliação da absorção de mão-de-obra, fato que, conseqüentemente, incidiu sobre a questão do desemprego no quadro trabalhista brasileiro.

Acrescente-se a esses dados, outros informados pela COOPMIL no tocante à divulgação das atividades da Cooperativa, visando atrair novos clientes para prestação de serviços: ela é feita pelo próprio presidente, através de visitas aos possíveis contratantes, oportunidade em que são apresentadas as vantagens de utilizar-se tal estrutura. Segundo informações colhidas através de entrevista direta com o Presidente da COOPMIL, a cada serviço contratado ele assume a condição de gestor. Quando da solicitação de técnicos, ele avalia, em conjunto com os demais membros da diretoria executiva, quais cooperados serão indicados ao tomador de serviços, o qual poderá definir critérios e participar da escolha avaliando quais cooperados serão utilizados, dentre aqueles que foram indicados pela cooperativa. Os tomadores de serviço preparam memoriais descritivos demonstrando as necessidades operacionais a serem satisfeitas pela cooperativa, apontando os níveis de qualidade esperados e critérios de avaliação. O tomador remunera as atividades dos cooperados, através da cooperativa, cujos valores são repassados de acordo com as indicações apostas no contrato. Será responsabilidade do diretor financeiro o recolhimento das contribuições previdenciárias dos cooperados envolvidos na operação.

4.3. Educação Cooperativista

A educação cooperativista é um dos pilares do cooperativismo, cujos princípios já eram praticados pelos Pioneiros de Rochedale. Ela é fundamental para que a cooperativa cumpra todas as suas funções sociais. No Brasil essa educação é ainda feita de forma desorganizada e isolada, com poucos recursos e sem uma maior articulação conjunta de âmbito nacional, apesar de já ser um avanço a implantação do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem Cooperativo), bem assim as universidades que atualmente possuem centros ou núcleos de cooperativismo.

É de vital importância a compreensão de que o real sentido da solidariedade está na necessidade de se construir uma cultura solidária entre as pessoas, não apenas pelo espírito de ajuda ao próximo, mas como significado de resistência conjunta diante de adversidades comuns e de criação de instrumentos coletivos para intervenção da realidade e superação de problemas. Esse entendimento deve resultar na organização coletiva para construir soluções, à vista do desemprego. E isso, é claro, demanda um processo permanente e continuado nos próprios grupos que se constituem. O processo de educação com vistas à difusão dos valores da solidariedade e da autogestão considera que é na prática cooperativa que construímos a consciência da cooperação.

A educação visa explorar as potencialidades e habilidades do cooperado fazendo com que ele reflita, discuta e aja. O objetivo maior é despertar o interesse das pessoas e motivá-las para que possam participar ativamente em sua cooperativa e serem agentes de melhoria e de transformação de sua realidade.

A educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas é uma questão de sobrevivência. Sem elas, as cooperativas são desvirtuadas ou até mesmo absorvidas pelo sistema sócio-econômico e pelo processo social dominante que é a concorrência e os conflitos entre seus membros. Os dirigentes de cooperativas devem estar preocupados em transformar o perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado, não participativo, individualista, competitivo para um perfil bem informado, solidário, motivado e participativo. É através do fluxo de informações e atividades educativas na

perspectiva da ajuda mútua, que se obtém um bom e eficiente relacionamento entre cooperativa e associado.

Tabela 03 - Educação cooperativista - COOPMIL/2007

Questionamentos s/educação cooperativista	Nº de associados	%
01. A Cooperativa da qual você faz parte, presta esclarecimentos sobre o que é cooperativismo, seus objetivos e princípios?		
Sim	26	56,52
Não	17	36,96
Não respondeu	03	6,52
02. Você participa da tomada de decisões da Cooperativa da qual você faz parte?		
Sim	30	65,22
Não	16	34,78
03. A cooperativa se preocupa em envolver a família dos cooperados em atividades de lazer, assistência social ou educação?		
Sim	31	67,39
Não	13	28,26
Não respondeu	02	4,35

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Analisando-se os dados da tabela 03, nota-se que, quando investigados sobre a prestação de esclarecimentos relativo ao cooperativismo, 56,52% dos entrevistados disseram que a Cooperativa da qual participam presta esclarecimentos sobre o tema. No item que aborda a participação do cooperado na rotina da Cooperativa, 65,22%, ou seja, trinta dos entrevistados afirmaram que participam nas tomadas de decisões da Cooperativa; quando questionados se a cooperativa se preocupava em envolver a família do associado nas atividades de lazer, assistência social e educação cooperativista, 67,39% dos participantes disseram que sim.

Quando entrevistado o presidente da cooperativa, este informou que como atividades recreativas são realizadas jogos de futebol às 3ª e 6ª feiras envolvendo os associados. Porém, a COOPMIL procura também envolver a família dos associados durante as festividades juninas e natalinas. No tocante à participação e envolvimento da cooperativa com a comunidade informa que a COOPMIL também presta serviços

à comunidade de Itabuna através de doações que mensalmente faz a instituições que cuidam de crianças abandonadas e à APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Entende-se nesse contexto, que as cooperativas devem promover a educação e a informação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas, de forma mais eficiente.

Para que o cooperativismo, em seu amplo sentido, alcance de fato sua finalidade que é a promoção humana é necessário que a doutrina cooperativista e seus princípios passem a fazer parte da realidade dos indivíduos e seja também a base da personalidade econômica de um determinado segmento trabalhista.

4.4 Qualificação Profissional

As transformações tecnológicas ocorridas a partir de meados do século XX provocaram grandes mudanças e em conseqüência diversas profissões caíram no desuso, tais como tipógrafo, datilógrafo, operador de telex, fazendo surgir outras como digitador, programador de sistema, dentre outras. Para se adaptar às novas exigências do mercado que exige qualificação e novas habilidades, a saída está na busca incessante do crescimento e aperfeiçoamento profissional.

A educação cooperativista consubstanciada em experiências de entre-ajuda ou aplicação do auxílio mútuo às relações de trabalho, o pensamento cooperativo foi sendo, aos poucos, solidificado e estruturado, graças à exata compreensão da filosofia e dos métodos cooperativos, através de iniciativas inteligentes, dentre as quais se destaca a educação voltada para o cooperativismo, para a profissionalização.

Diante dessas novas exigências do mercado um fenômeno inusitado está acontecendo no Brasil: filas intermináveis de pessoas à procura do primeiro emprego, desemprego desenfreado ou ainda pessoas que possuem grande experiência profissional ao longo de sua vida, buscando colocação no mercado de trabalho e, em contrapartida, grandes empresas em diversos setores da economia

oferecendo vagas para trabalhadores qualificados, especializados em determinadas áreas.

A chave para resolver tal problema é a qualificação profissional: preparar e especializar os trabalhadores conforme as exigências do mercado. Dentro dessa dinâmica, a qualificação profissional emerge no cenário contemporâneo como um elemento importante na composição dos fatores que regem a competitividade dos países, das organizações e dos indivíduos.

Neste cenário, a formação profissional desempenha papel importante, por ser a via pela qual os trabalhadores incorporarão conhecimentos teóricos, técnicos especializados, bem assim operacionais, relacionados à produção de bens e serviços. É por meio de processos educativos desenvolvidos em diversas instâncias, tais como: escolas, sindicatos, empresas especializadas, associações e universidades ou pela própria empresa, que darão ao cooperado as condições para a sua colocação ou permanência no mercado de trabalho.

Tabela nº 04 - qualificação profissional - COOPMIL/2007

Questionamentos s/qualificação profissional	Nº de associados	%
1. Já participou de treinamentos ou cursos promovidos pela Cooperativa, visando seu crescimento profissional?		
Sim	14	30,43
Não	31	67,39
Não respondeu	01	2,18
2. Em caso positivo, quantos?		
01	03	
02	04	
03 a 05	06	
05 a 10	01	
3. Você acha que esses treinamentos facilitam a sua colocação no mercado de trabalho?		
Sim	37	80,43
Não	00	0,0
Não respondeu	09	19,57

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

Para avaliar o item 4.4 da pesquisa (qualificação profissional) foram formuladas perguntas, cujas respostas foram distribuídas e tabuladas, conforme se vê na Tabela n° 04.

Diante dos dados obtidos com respeito à participação ou reciclagens em qualificação profissional, infere-se que 30,43% já participaram de cursos, visando o aperfeiçoamento profissional, em quantidades que variam de um a seis cursos. Esclarece-se que, segundo o presidente da COOPMIL, não houve a necessidade imediata de treinamentos e cursos em função da quase totalidade dos associados serem oriundos da Nestlé, onde tiveram oportunidade de se reciclarem por diversas vezes, na área industrial, trabalhando nas funções que atualmente exercem na Cooperativa. Entretanto, antes de admitir novos sócios ocorre um treinamento constante, visando à associação na Cooperativa.

Entre as pessoas entrevistadas, 80,43% quando questionados, consideram que esses treinamentos são importantes para a colocação no mercado de trabalho.

Por conseguinte, a COOPMIL vem ocupando espaços crescentes num mundo cujas mudanças intensificam a competitividade e exigem qualificação profissional, adequando-se às novas relações de trabalho e organização da produção, fato que o presidente da COOPMIL relaciona com a qualidade e a seriedade com que está sendo desenvolvida a prestação dos serviços contratados.

Portanto, é necessário o entendimento de que o desenvolvimento adquirido pelo indivíduo, não ocorre apenas na escola, mas também da aprendizagem oriunda da interação entre indivíduo e contexto social. A experiência no desempenho de atividades cotidianas pode proporcionar ao indivíduo situações de aprendizagem, daí a importância da concepção de que o ser humano é um ser gerador, transmissor e transformador de uma realidade. Num mundo globalizado, o indivíduo busca conhecimentos e experiências para usá-las como uma linguagem universal, face à tecnologia utilizada. É o mercado de trabalho quem dita normas para a transformação das experiências humanas em informação ordenada.

Nota-se, entretanto que existem demandas efetivas para profissionais qualificados no Brasil, na Bahia e na região cacaueira, ao se considerar o grau de improvisação no preenchimento de funções importantes de natureza técnica, gerencial e administrativa em grande parte das cooperativas brasileiras. Existem no Brasil 7.549 cooperativas distribuídas nos diversos ramos, segundo classificação usada pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB: agropecuário

(1624), consumo (170), crédito (1.066), educacional (301), especial (7), habitacional (313), infra-estrutura (184), mineral (40), produção (147), saúde (880), trabalho (2.100), turismo e lazer (10), transporte (698). Essas cooperativas reúnem cinco milhões de associados, representam seis por cento do PIB nacional e geram 171 mil empregos diretos. Na Bahia, existem mais de trezentas cooperativas registradas na organização estadual, a sua maioria carente de profissionais com qualificação adequada, o que, de resto, é uma realidade nacional.

4.5 Ocupação Profissional

O desemprego constitui o problema macroeconômico, atualmente alfinetando até mesmo os países desenvolvidos como os Estados Unidos e Japão. Afeta os indivíduos de maneira brusca, dura e direta, uma vez que a perda do emprego, na maioria das vezes vem de forma inesperada, trazendo redução no padrão de vida e em conseqüência, angústia nas pessoas envolvidas. O desemprego constitui-se em desperdício de recursos humanos, ou seja, de sua força de trabalho. Os trabalhadores desempregados deixam de contribuir para a geração da riqueza. O trabalhador precisa, em realidade, de ocupação; o emprego é uma de suas variantes. Ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce. Emprego assalariado é um tipo de ocupação, que nos países capitalistas revela-se o mais freqüente.

Ressalte-se que estabilidade no emprego designa, em direito do trabalho, o regime que garante ao trabalhador a conservação do emprego e impede sua demissão a não ser por falta grave ou motivo de força maior. Entretanto, na atual conjuntura econômica brasileira essa garantia legal perdeu seu significado diante da realidade que a economia impõe ao mercado de trabalho, pela rotatividade dos postos de trabalho. Nesse cenário social, ter um emprego não só constitui o principal recurso com que conta a maioria das pessoas para suprir suas necessidades materiais como também permite plena integração social. O termo emprego então, nesse contexto, pode ser concebido como a condição das pessoas que trabalham, permanentemente ou não, em qualquer tipo de atividade econômica, remunerada ou não; e, o termo desemprego, pode ser compreendido como uma condição ou

situação das pessoas consideradas com idade produtiva, em geral até os 65 anos, que estejam, por determinado prazo, sem realizar trabalho em qualquer tipo de atividade econômica, remunerada ou não. Daí o entendimento que dos sistemas econômicos advêm a oferta ou não, do emprego mediante a capacidade de produção do setor trabalhista, com as políticas de utilização dessa capacidade e com a tecnologia empregada na produção. Conforme os postulados keynesianos sobre a lei do mercado a oferta cria a sua própria procura, e que o pleno emprego é uma situação excepcional, de pouca duração e raramente atingida. Para Keynes, é a procura efetiva que determina a maior produção e em conseqüência o mais alto nível de emprego, enquanto a produção global nem sempre encontra procura efetiva. Quando a procura efetiva é insuficiente, o sistema econômico se vê forçado a contrair a produção, o que resulta no desemprego. Assim, não há meio de assegurar maior nível de ocupação, a não ser pelo aumento do consumo. A procura efetiva estaria na dependência da renda real, ou seja, do efetivo poder de compra da comunidade, e o subconsumo, causador do desemprego, seria conseqüência do fato de que uma parte excessivamente grande do poder de compra fica com os beneficiários de rendas importantes.

Visando firmar-se um comparativo sobre os níveis de emprego dos cooperados com os de outros empregados do mercado local e que exercem a mesma profissão, a entrevista revela a situação em apreço, cujo resumo das respostas encontra-se na Tabela n° 05**.**

Tabela 05 - Ocupação profissional - COOPMIL/2007

Questionamentos s/ ocupação Profissional	Nº de associados	%
1. A profissão atual corresponde à exercida antes de se cooperativar?		
Sim	32	69,57
Não	14	30,43
2. Esteve desempregado antes de se associar à cooperativa?		
Sim	31	67,39
Não	11	23,91
Não respondeu	04	8,70
3. Maior período que esteve desempregado:		
Menos de 06 meses	22	70,97
Entre 06 meses e 1 ano	05	16,13

Entre O 1 e 02 anos	03	9,68
Mais de 02 anos	01	3,22
4. Depois de associar-se à COOPMIL já ficou sem ocupação profissional?		
Sim	01	2,18
Não	44	95,64
Não respondeu	01	2,18
5. Há quanto tempo você trabalha no sistema cooperativista?		
Alguns meses	05	10,87
01 ano	05	10,87
Entre 01 e 02 anos	08	17,39
Entre 02 e 04 anos	07	15,22
Acima de cinco anos	18	39,13
Não respondeu	03	6,52
6. Como você classifica a atuação da sua cooperativa de trabalho, no que diz respeito à alocação de mão-de-obra?		
Ótima	18	39,13
Boa	22	47,83
Regular	06	13,04
Péssima	00	0,0
7. Com seu grau de escolaridade e as experiências profissionais adquiridas, como você se sente atualmente?		
Preparado para atender as exigências do mercado de trabalho	31	67,39
Sem preparação para atender exigências do mercado de trabalho	05	10,87
Não sabe avaliar ou não respondeu	10	21,74
8. Participação na pesquisa anterior:		
Sim	07	15,22
Não	29	63,04
Não lembra	08	17,39
Não respondeu	02	4,35

Fonte: dados de pesquisa, 2007.

Com base no levantamento, tabulação e análise dos dados e gráficos obtidos na entrevista estruturada verificam-se que:

1) 69,57% dos pesquisados exerciam a mesma profissão antes de associar-se à COOPMIL. Esse fato acredita-se ser um fator importante para o sucesso de qualquer empreendimento, por considerar-se a experiência pressuposto essencial para o alcance da realização profissional do indivíduo, com a conseqüente colocação no mercado;
2) desses, 67,39% já estiveram desempregados antes de iniciar-se no cooperativismo, fato relevante para esta pesquisa e excelente indicativo de que as pessoas encontravam-se motivadas a entregar-se ao sistema cooperativo como via de ocupação, por já ter enfrentado as dificuldades e conseqüências geradas pelo desemprego;
3) constata-se que a maior freqüência na duração do desemprego situa-se entre seis meses e um ano. Este fato deixa uma evidência que os postos de trabalho levam período relativamente longo para serem criados;
4) após associar-se à COOPMIL quase cem por cento dos associados estiveram por todo período ocupados, desenvolvendo suas atividades profissionais, excetuando apenas um, diferentemente da situação anterior, em que, parcela destes se encontrava fora do mercado de trabalho (67,39%);
5) quando questionados como se sentem para enfrentar o mercado de trabalho, 67,39% afirmaram que com grau de escolaridade atual se sentem preparados para enfrentar as exigências do mercado de trabalho;
6) um dado que deve ser considerado é que dos 46 participantes, apenas 15,22% participaram da pesquisa no ano de 2000.

Tais dados podem ser visualizados e melhor entendidos nos gráficos a seguir:

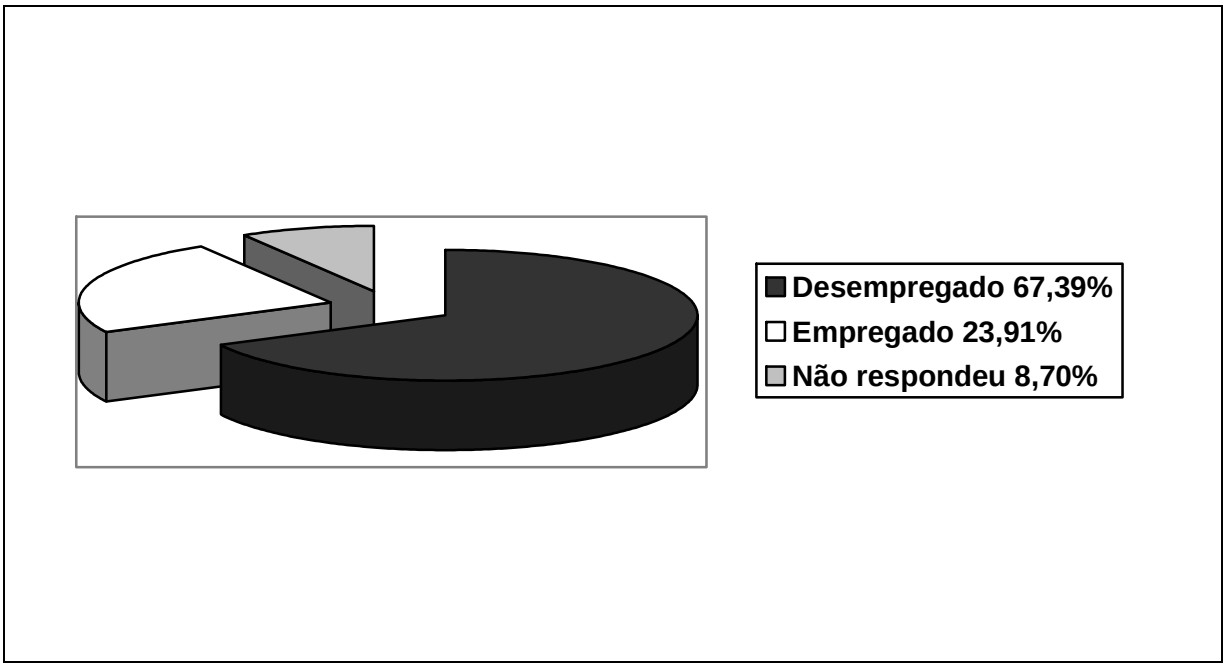

Figura 03 - Ocupação profissional antes de se cooperativar

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

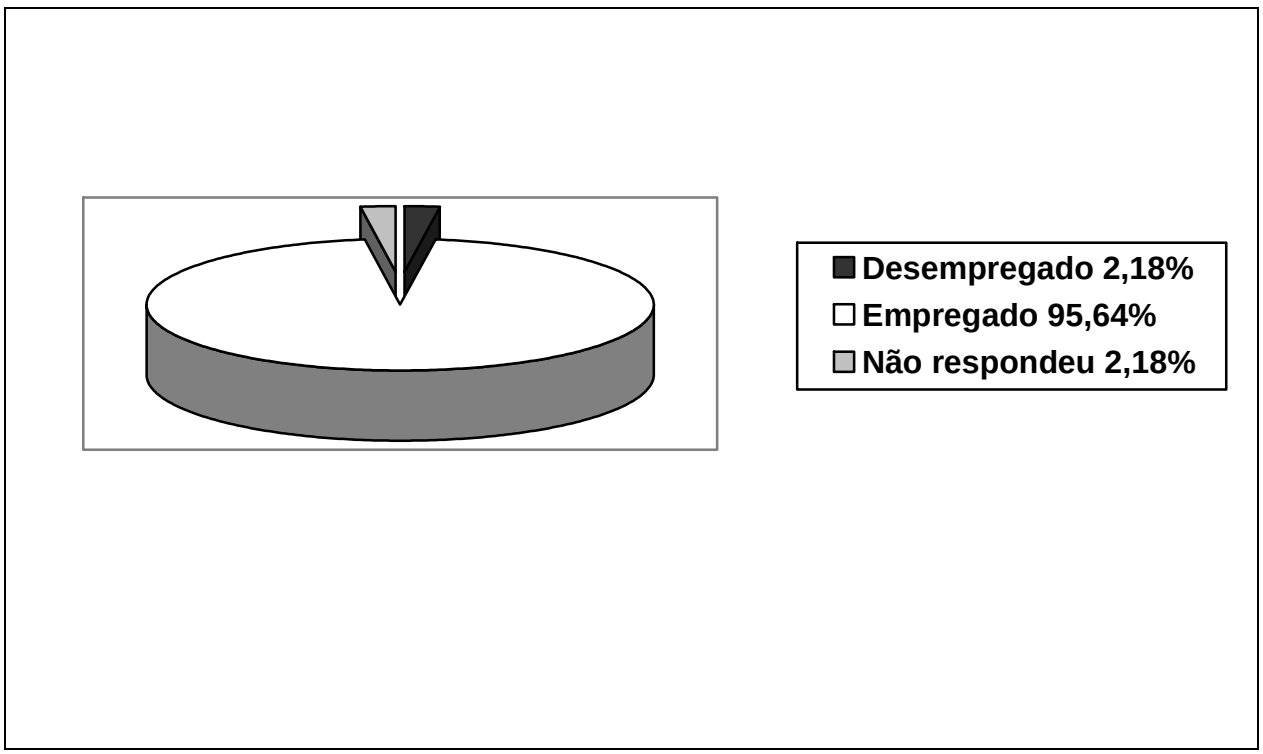

Figura 04 - Ocupação profissional após cooperativar-se

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

Diante da análise de tais dados, pode-se afirmar que para os associados da COOPMIL o desemprego está sendo solucionado com a união de forças, através do sistema cooperativo, com índice de ocupação de quase cem por cento, desde a fundação da organização, há mais de nove anos. Considera-se esse fato relevante num mundo globalizado, mais aberto e receptivo, que além das novidades consumíveis, os países competidores estão trazendo a quebra de empresas, corte de postos de trabalho e crises financeiras, propiciados pela abertura do mercado através da globalização.

Analisando a instabilidade econômica que atravessa o país, a segurança em permanecer ocupado, conclui-se que é praticamente total para os associados da COOPMIL, fato que não acontece com o trabalho em empresas mercantis da região, transparecendo como privilégio, vez que o índice de desemprego no mês de dezembro de 2007 foi de 7,4%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Vale salientar que na atual realidade brasileira apenas 64,1% dos indivíduos ocupados têm a sua carteira de trabalho assinada.

4.6 Renda

Para muitos o cooperativismo tem sido a solução para adquirir renda suficiente para a sua sobrevivência, por sua forma igualitária e social. O cooperativismo se estruturou e conquistou espaço próprio, atualmente caracterizado por uma nova forma de pensar, o homem, o trabalho e o desenvolvimento social. Por sua forma igualitária e social o cooperativismo é aceito por todos e já reconhecido como uma saída democrática para a solução de problemas sócio-econômicos.

O salário tem sido objeto constante em análises e teorias econômicas, sob pontos de vista os mais diversos, por economistas e pensadores. Para os que têm a sobrevivência garantida por ele tem sido objeto de lutas e mobilizações, na maioria das vezes ligadas a protestos por má distribuição da riqueza social.

Assim, são metas da sociedade cooperativa o fator trabalho, a prestação de serviços e a geração de excedentes para os cooperados, sendo o que difere da empresa mercantil que tem o capital como principal objetivo, buscando sempre o

lucro para os acionistas. Por conseguinte, a obtenção de ocupação e renda, são fatores que motivam os trabalhadores a se organizarem em cooperativas, não apenas por considerar a existência de vantagens no trabalho em cooperativa, porém, alguns benefícios desta modalidade de trabalho merecem ser enfatizados, tais como: societários, treinamento profissional, assistência jurídica, de marketing, recebimento proporcional das sobras resultantes e a oportunidade de novas perspectivas de mercado, sendo função da cooperativa a colocação profissional de seu associado, que sozinhos o grau de dificuldade possivelmente seria bem maior.

O questionamento desse item foi feito através das perguntas, cujas respostas dos associados foram tabuladas conforme se vê na Tabela nº 06.

Tabela 06 - Remuneração auferida - COOPMIL/2007

Questionamentos s/remuneração	Nº de Associados	%
1. A remuneração recebida na COOPMIL corresponde a:		
01 salário mínimo	04	8,70
Até 02 salários mínimos	11	23,91
Entre 03 e 05 salários mínimos	28	60,87
Entre 05 e 08 salários mínimos	03	6,52
Acima de 10 salários mínimos	00	0,0
2. Se a remuneração recebida na COOPMIL é condizente com a mesma atividade exercida em uma empresa mercantil?		
Sim	30	65,22
Não	15	32,61
Não respondeu	01	2,17.
3. Se você participou da pesquisa anterior, no ano de 2.000, seu padrão de vida:		
Permaneceu o mesmo	06	13,04
Melhorou	06	13,04
Piorou	00	0,0
Não respondeu	10	21,74
Não participou da pesquisa	24	52,18

Fonte: dados da pesquisa, 2007.

De acordo com os resultados e análise dos dados explicitados na tabela 06, infere-se que 60,87% dos informantes entrevistados, responderam que estão recebendo o equivalente à faixa salarial compreendida entre 03 a 05 salários mínimos: desses, 65,22% acreditam que recebem o mesmo valor pago por uma empresa mercantil local; quando questionados sobre o atual padrão de vida em relação à pesquisa de 2000, 13,04% dos entrevistados responderam que permanece o mesmo e igual percentual disseram que melhoraram. Entretanto, considera-se que esse questionamento ficou prejudicado, tendo em vista que dez dos entrevistados não responderam e vinte e quatro, ou seja, 52,18% (a maioria) não participaram da pesquisa anterior.

Entretanto, com o objetivo de mensurar-se de maneira que melhor retratasse a realidade financeira dos associados, em entrevista com o presidente da COOPMIL foram feitos diversos questionamentos sobre a questão, tendo o mesmo informado que o pró-labore dos sócios considerados como profissionais (mecânicos nas diversas áreas e outras especializadas) é de R$7,00 por hora trabalhada, perfazendo um total mensal de aproximadamente R$1.232,00 (um mil, duzentos e trinta e dois reais) e dos sócios ajudantes ou aprendizes R$2,92 por hora, atingindo mensalmente R$513,00 (quinhentos e treze reais) e de ajudante prático R$ 3,71, perfazendo R$652,00 (seiscentos e cinqüenta e dois reais), mensalmente. Esclarece que, em função da quantidade de serviço contratado pelas empresas, é comum a prorrogação do horário de trabalho por todos os cooperados, fato que leva o associado a atingir um salário mensal que varia entre dois mil e quinhentos reais a três mil, a depender da quantidade de horas trabalhadas. Esclarece que são consideradas 176 horas mensais como o total de horas “básicas” para cada função.

Disse, também que a COOPMIL oferece a seus associados, como benefícios que não são considerados como remuneração efetiva, seguro de vida contra acidentes, convênio médico com o Plano de Saúde AMI. Possui também um projeto de treinamento da família do cooperado, visando à futura colocação no mercado de trabalho, o que possivelmente dar-se-á através da própria Cooperativa, com a adesão desses aos quadros. Proporciona também auxílio-alimentação, vale-transporte aos cooperados e, quando da prestação de serviço em outra localidade fora de Itabuna, oferece casa com alimentação e passagens.

Ainda, como informações complementares acrescenta que, as sobras e as perdas, são rateadas entre os associados, entretanto, em algumas vezes parte delas

são investidas na cooperativa. Após a primeira pesquisa realizada nessa cooperativa houve um aumento considerável de seu patrimônio, tais como aquisição de máquinas e equipamentos, melhores condições nas instalações da sede, com colocação de ar condicionado nas salas, aquisição de geladeira e outros equipamentos além de um pick-up estrada, um uno e mais duas vans utilizadas no transporte dos cooperados. Assim, esses valores podem ser convertidos em quotas-parte dos cooperados, não aparecendo como valor efetivo recebido por cada associado.

Assim, com o objetivo de fazer-se um paralelo entre a remuneração recebida pelos associados da COOPMIL, com o de outras empresas locais na área industrial, com as mesmas categorias profissionais, promoveu-se uma pesquisa em Sindicatos de Trabalhadores Regionais, além de outras empresas estabelecidas no Município de Itabuna, tomando-se como base o mês de março/2008, cujos dados informados ficam assim colocados:

- SINTRATEC - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Têxteis e Calçadistas do Sul e Extremo Sul do Estado da Bahia, instalado à Rua Rulffo Galvão, 105, Centro - Itabuna-BA. Os sócios desse Sindicato trabalham nas empresas Trifil, Penalty, Kildare, em Itabuna, Malwee, em Camacan e Grandene em Teixeira de Freitas.

Ajudante sem qualificação – R$ 430,00
Auxiliar administrativo – 01 salário mínimo e meio
Auxiliar de manutenção – R$ 480,00 / 500,00
Líderes de grupos – R$ 480,00 / 600,00
Mecânico de manutenção - R$ 500,00, podendo chegar até R$ 900,00
Mecânico especializado - R$650,00 / 850,00
Mecânico Industrial – R$ 500,00, podendo chegar até R$ 900,00
Operadores de almoxarifado – R$ 430,00
Operadores de máquinas – R$ 430,00
Soldador Industrial - R$ 500,00, podendo chegar até R$ 900,00
Supervisores de serviços – R$1.000,00 / 3.000,00

- SINDALIMENTAÇÃO - Sindicato dos Trabalhadores de Alimentação do Estado da Bahia, sub-sede situada à Avenida Cinqüentenário, 821, 1°. Andar, sala 103, Centro - Itabuna-Ba. Os associados são trabalhadores das empresas PPAM (antiga

Companhia Produtora de Alimentos-Nestlé), Delfy Cacau Ltda, Moinho Grapiúna, Café Baiano, Laticínios e outras ligadas ao ramo da alimentação. Atuam em quase todas as cidades da Bahia, excetuando as Cidades de Jequié, Juazeiro, Barreiras, Ilhéus e Uruçuca. Na Nestlé, o salário médio de algumas das profissões analisadas, está assim distribuído:

Auxiliar de operadores (em diversas áreas) – R$ 670,00

Auxiliar geral – R$ 670,00 / 900,00 (níveis I, II e III)

Auxiliar qualificado – R$ 707,00 / 880,00

Coordenador de produção – R$ 5.245,00 / 10.000,00

Eletricista - R$ 800,00 / 1.830,00

Instrumentista - R$ 1.410 / 1.830,00

Mecânico (técnicos) - R$ 1.377,00/1.800,00

Mecânico Industrial - R$ 800,00

Operadores – R$ 1.137,00 / 1.377,00

Esclarece-se que nas demais empresas os salários são um pouco menores, sendo o piso inicial na área industrial R$ 430,00, auxiliar R$ 600,00 e outros R$ 670,00.

- CHILLER REFRIGERAÇÃO E MONTAGENS INDUSTRIAIS, instalada na Rua Maria Olívia Rebouças, 160, Centro - Itabuna-Ba.

Auxiliar administrativo - R$500,00

Ajudante de serviços gerais - R$430,00

Ajudante de Manutenção Industrial (prático) - R$500,00

Eletricista de montagem Industrial - R$980,00

Encanador industrial - R$980,00

Instrumentista - R$1.100,00

Isolador industrial - R$1.050,00

Mecânico em Refrigeração - R$ 690,00 / 800,00

Mecânico industrial - R$ 690,00 / 800,00

Mecânico de manutenção - R$ 690,00 / 800,00

Mecânico de empilhadeira - R$550,00

Mecânico montador - R$ 690,00 / 800,00

Pintor - R$550,00

Soldador industrial - R$ 690,00 / 800,00

- CONTINENTAL INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL – situada na Rua Francisco Ferreira da Silva, nº 04, Bairro Fátima – Itabuna-Ba, atuando na área de mecânica e instrumentação.

Auxiliar administrativo - 02 salários mínimos
Ajudante de serviços gerais - R$ 2,50/hora
Ajudante de Manutenção Industrial (prático) - R$ 3,00/h
Eletricista de montagem Industrial - R$ 3,50/h
Encanador industrial - R$ 7,00/h
Instrumentista - R$ 5,00/h
Isolador industrial - R$ 4,50/h
Mecânico industrial - R$ 5,00/h
Mecânico de manutenção - R$ 5,00/h
Mecânico montador - R$ 6,00/h
Pintor - R$ 3,50/h
Soldador industrial - R$ 6,00/h

- GALTEC – instalada na Rua Reinaldo de Andrade Souza, 157, Bairro de Fátima – Itabuna-BA, prestando serviços de montagem, manutenção e instalação elétrica na área industrial, para empresas, tais como Barry Callebaut S.A., SDC, Microtécnica e outras, em Itabuna, Ilhéus, Teixeira de Freitas, Ibirapuã, Itapetinga e Ilhéus.

Ajudante de Manutenção Industrial (prático) - R$520,00
Ajudante de serviços gerais - R$430,00
Auxiliar administrativo - R$ 440,00
Eletricista de montagem Industrial - R$ 663,00 / 850,00
Eletricista especializado – R$1.300,00
Engenheiro elétrico – R$ 2.600,00
Mecânico de manutenção - R$ 663,00
Mecânico em Refrigeração - R$ 663,00
Mecânico industrial - R$ 663,00
Pintor - R$ 600,00
Soldador industrial - R$ 800,00

- MPC – Metalúrgica e Comércio Ltda. – situada na Rua Sônia Almeida, 77, Nova Itabuna- Itabuna-BA, prestando serviços na área de fabricação e comercialização de equipamentos agroindustriais.

Ajudante (serviços gerais) - 1,05 salários mínimos
Auxiliar de manutenção - R$ 1,7 salários mínimos
Auxiliar administrativo - R$ 1,2 salários mínimos
Mecânico de manutenção - R$ 2,2 salários mínimos
Mecânico montador - R$ 2,2 salários mínimos
Polidor de metais - R$ 2,3 salários mínimos
Soldador industrial - R$ 3,0 salários mínimos
Torneiro mecânico - R$ 2,4 salários mínimos

- POWER ENGENHARIA, situada na Rua Sóstenes Miranda, 90, Centro–Itabuna-Ba. Atua principalmente na área de engenharia elétrica, em empresas na prestação de serviços, como: Hanover, UESC. Nestlé, Trifil, Petrobrás, Lojas Marisa, e outras.

Auxiliar administrativo – R$ 1.000,00
Ajudante – R$ 415,00
Auxiliar de manutenção – R$700,00
Eletricista de montagem industrial – R$1.500,00 (com experiência)
Mecânico de manutenção – R$ 1.500,00 (com experiência)
Mecânico montador – R$1.500,00 (com experiência)
Projetista (técnico) – R$ 800,00

- TECNOFRIO REFRIGERAÇÃO – situada na Avenida Ilhéus, nº 08, Centro - Itabuna-Ba, atuante na área de refrigeração.

Auxiliar administrativo - R$ 450,00
Ajudante de serviços gerais - R$415,00
Ajudante de Manutenção Industrial (prático) - R$450,00
Isolador industrial - R$500,00
Mecânico de refrigeração - R$600,00
Mecânico de manutenção - R$600,00
Mecânico montador - R$600,00
Pintor/Auxiliar de manutenção - R$450,00
Soldador industrial - R$450,00

Comparativo dos valores pagos por hora trabalhada aos cooperados da COOPMIL e aos de outros empregados nas empresas entrevistadas nesta pesquisa, em profissões correspondentes:

TABELA 07. COMPARATIVO VALOR/HORA PAGO PELA COOPMIL E OUTRAS EMPRESAS

PROFISSÕES ANALISADAS	COOPMIL	SINTRATEC	SINDALIMENTAÇÃO	CHILLER	CONTINENTAL	GALTEC	MPC MET. COM.	POWER ENGE-NHARIA	TECNOFRIO
Ajudante de serviços gerais	2,92	1,95	3,05	1,95	2,50	1,95	1,98	1,89	1,89
Ajudante manutenção (prático)	3,71	2,27	4,00	2,27	3,00	2,36	3,21	3,19	2,05
Eletricista industrial	7,00	-	8,32	4,45	3,50	5,91	-	6,82	-
Encanador industrial	7,00	-	-	4,45	7,00	-	-	-	-
Instrumentista	7,00	-	8,32	5,00	5,00	-	-	-	-
Isolador industrial	7,00	-	-	4,77	4,50	-	-	-	2,27
Mecânico Refrigeração	7,00	-	-	3,64	-	3,01	-	-	2,73
Mecânico industrial	7,00	4,09	3,64	3,64	5,00	3,01	-	-	-
Mecânico manutenção	7,00	4,09	8,18	3,64	5,00	3,01	4,15	6,82	2,73
Mecânico montador	7,00	4,09	-	3,64	6,00	-	4,15	6,82	2,73
Pintor (industrial)	7,00	-	-	2,50	3,50	2,73	-	-	2,05
Soldador industrial	7,00	4,09	-	3,64	6,00	3,64	5,66	-	2,05

Diante de tais informações, pode-se concluir que os associados da Cooperativa estudada estão auferindo remunerações acima da média do mercado local, se comparados com outras empresas locais que atuam no mesmo ramo, esclarecendo-se quanto a estas que foram considerados os maiores valores pagos por cada empresa, ou seja, salários pagos a profissionais com experiência.

Até mesmo se comparados com a tabela a seguir praticada na capital do Estado, também é considerável a diferença dos valores praticados pela cooperativa analisada, senão vejamos:

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO E DA MADEIRA NO ESTADO DA BAHIA–SINTRACOM/BA (Filiado a CUT, FETRACOM e CONTICOM), situado na Rua Visconde de Ouro Preto,18 Barroquinha, Salvador-Ba.

Tabela de salário de montagem e manutenção industrial-janeiro 2007

FUNÇÕES	VALOR/HORA
Operário Qualificado Grupo V	R$ 4,45
Operário Qualificado Grupo IV	R$ 4,08
Operário Qualificado Grupo III	R$ 3,74
Operário Qualificado Grupo II	R$ 3,46
Operário Qualificado Grupo I	R$ 3,18
Servente Prático	R$ 1,94
Servente Comum	R$ 1,80

São considerados Operários Qualificados - Grupo I: Pedreiro, Carpinteiro, Armador, Motorista, Pintor, Montador de Andaime, Revestidor, Ferramenteiro Industrial e lixador.

São considerados Operários Qualificados - Grupo II: Eletricista Montador, Montador de Estrutura, Mecânico Montador, Pintor Letrista, Instrumentista Montador, Jatista, Maçariqueiro, Serralheiro, Soldador de Chaparia, Operador de Carro Munck, Grafiteiro, Refratarista e Isolador.

São considerados Operários Qualificados - Grupo III: Caldeireiro, Encanador Industrial, Instrumentista, Tubista, Montador Regger, Funileiro, Mecânico de Refrigeração e Laminador;

São considerados Operários Qualificados - Grupo IV: Soldador Raio X, Torneiro Mecânico, Mecânico Industrial de Manutenção e Eletricista Industrial de Manutenção.

São considerados Operários Qualificados – Grupo V: Soldador TIG, Plasmista e Instrumentista de Sistema.

Entretanto, quanto à Nestlé a diferença de salário em algumas categorias pode ser maior que a praticada pela cooperativa, fato que se justifica por se tratar de uma empresa de grande porte, transnacional, já instalada na região há décadas, e que pratica salários médios de algumas das profissões analisadas, situados pouco acima dos auferidos pelos associados da COOPMIL, em torno de vinte por cento. Considera-se que o investimento feito pela Cooperativa com máquinas e equipamentos, pode ser classificado como poupança, significando patrimônio dos associados e que não aparece como pró-labore, fato que não ocorre com os trabalhadores nas outras empresas analisadas. Como exemplo, pode-se citar que esses valores atingiram 2,25% da receita da COOPMIL no ano de 2000. Esclarece-se que também não estão incluídos no pró-labore os valores relativos ao plano de saúde, seguro de acidentes pessoais, auxílio transporte e alimentação.

Vale ainda se comparar os salários praticados na COOPMIL no ano de 2000 com os atuais, cujo resultado observa-se que houve um aumento significativo na percepção da renda mensal pelos cooperados. As atividades financeiras da COOPMIL no ano 2000 ficam distribuídas de acordo com demonstrativo a seguir:

Tabela 08 - Relatório anual da COOPMIL – ano 2000

DISCRIMINAÇÃO	%	VALORES
Pró-Labore/Salários	66.65	581.130.99
Impostos	7.68	68.000.01
Material p/ Serviços	6.20	54.845.01
Gastos c/ Cooperados	6.00	53.165.61
Carros e Fretes	3.26	28.933.59
Despesas Administrativas	3.23	28.652.10
Máquinas e Ferramentas	2.25	19.965.99
Desp.Bancárias/Seguro de Vida	2.05	18.225.09
Despesas Gerais	1.93	17.133.87
Rescisões/Indenizações	1.31	11.108.06
Sobra	0.44	3.965.65

Fonte: COOPMIL (2000)

Analisando-se o Relatório Anual da COOPMIL, ano base 2000, e o demonstrativo desse mesmo ano, observa-se que da receita bruta de R$ 885.125,97 foram

disponibilizados R$581.130,99 para o pró-labore/salários e prestação de serviços, representando 65,65% da receita bruta total. Foram, ainda, gastos com seguros e outras despesas com associados R$71.390,70, envolvendo aluguéis de residências para cooperados, passagens, fardamentos, exames médicos PCMSO e alimentação. O somatório do pró-labore direto e indireto representa 68,88% da Renda Bruta. Outras despesas como contribuição previdenciária e imposto de renda totalizam R$40.764,15, recursos captados pelo Estado para fazer frente à manutenção da máquina pública e atender às demandas sociais. Destinam R$19.965,99 da receita bruta com máquinas e ferramentas, perfazendo 2,25%, significando investimento do cooperado, que se converte em quotas-parte, em essência constituem o pró-labore que deixou de ser recebido (COOPMIL, 2000:7).

Esclarece-se que não foi feito um comparativo entre os relatórios de 2000 e 2007, em função de não ter sido fornecido pela cooperativa estudada.

4.7 Casos de Sucesso

Dos dados coletados no presente estudo pode-se inferir que a COOPMIL é uma cooperativa que está dando certo, proporcionando aos seus associados a garantia não apenas de emprego, mas também por estar cada dia mais se estruturando e se firmando no mercado local e em condições de já estar participando da vida da comunidade onde está inserida. Assim sendo, o sucesso do cooperativismo de trabalho está presente em todas as regiões do país e extrapola fronteiras: na Polônia mais de 75% das moradias existentes foram construídas por cooperativas; na Suécia a cadeia de Cooperativas OK possui a maior refinaria de

petróleo do país e é responsável pela distribuição de vinte por cento do total de combustíveis e produtos petrolíferos; o maior sistema de seguros da Malásia é movimento cooperativista; na Índia cerca da metade da produção de açúcar vem de cooperativas; a Islândia, pequena ilha do Mar do Norte, é comumente conhecida como Islândia Cooperativista, devido ao elevado nível de desenvolvimento das cooperativas em todos os setores da economia.

Além desses, diversos são os casos de sucesso do sistema cooperativo nas diversas regiões do Brasil, bem assim em todo o mundo, conforme dados obtidos no Portal do Cooperativismo/SESCOOP/SP, dos quais pela relevância pode-se destacar:

- A Mondragón Corporação Cooperativa, na Espanha, é reconhecida como a maior cooperativa de trabalho do mundo, na qual cada um de seus membros participa da sua organização e de seus benefícios. Isto tem gerado um benefício social através da criação de empregos, segurança social, oportunidades e fortalecimento da comunidade;
- O Grupo Cooperativo, do Reino Unido, é reconhecido como uma das marcas mais confiáveis da Grã Bretanha. Os esforços do Grupo Cooperativo estão direcionados a cinco áreas: mudança do clima, inclusão social, ações para evitar a delinqüência, qualidade dos alimentos e cooperação moderna. De propriedade e administrado pelos membros, o Grupo Cooperativo doou, em 2005, mais de 7,2 milhões de libras esterlinas ou 2,8% de suas sobras antes do imposto, às comunidades nas quais está inserido. Mais 3,6 milhões de libras esterlinas foram coletadas pelas organizações destas comunidades, como resultado do apoio direto do Grupo;
- A Equidad Seguros, da Colômbia, tem se distinguido através dos seus 36 anos por propiciar seguros acessíveis à população de baixa renda e por contribuir para o bem-estar público por meio da promoção do modelo de negócio solidário e treinamento dos dirigentes. Também tem programas para promover os jovens líderes cooperativistas, discutir assuntos sobre gênero, difundir a arte, cultura e esporte, e desenvolver o negócio cooperativo em outros setores. Em reconhecimento às suas conquistas, a Associação de Cooperativas de Seguros e das Sociedades de Seguros Mútuos das Américas (AAC/MIS) outorgou o primeiro Prêmio de Responsabilidade Social Corporativa a Equidad Seguros, em 2006;
- A AMUL (Federação de Comercialização das Cooperativas de Laticínios), é a maior produtora de alimentos da Índia e tem contribuído para o crescimento e êxito da cultura cooperativa e para a formação de redes cooperativas, sua penetração no mercado e respeito ao produtor e consumidor; contribuído, também, para a integração social de seus membros de diferentes procedências. Quando Gujarat sofreu um terremoto, em 2001, a Fundação "Amul Relief" doou cinqüenta milhões de rúpias indianas para a reconstrução de escolas;
- A Desjardins, no Canadá, por sua natureza cooperativa, é mais do que uma instituição financeira. Ela tem participação ativa no desenvolvimento econômico e social da

unidade em que opera. Em 2005, Desjardins doou 58 milhões de dólares canadenses, em forma de subvenções e ajuda aos seus membros. Esta cifra representa 42,8% do seu superávit, que reverteu à comunidade em forma de patrocínio, doações e bolsas de estudos. Muitas outras cooperativas também têm políticas específicas em andamento para direcionar suas atividades, envolvendo temas como o trabalho infantil, assegurando condições de trabalho decentes aos seus próprios empregados assim como aos seus provedores, e fomentando uma postura de responsabilidade ambiental dos seus empreendimentos, seus membros individuais e de muitos outros;

- COOPERCARGA - com dezessete anos de atividades comemora a história e trajetória consolidada no transporte de cargas. Uma história que começou no Meio Oeste catarinense, por um grupo de 143 transportadores que ansiavam a mudança, diante da competição imposta pela atividade e principalmente pelo mercado;
- SICOOB – inaugura a primeira agência de Guriri que antes, para realizar operações financeiras, a população precisava se deslocar até o Centro de São Mateus, distante 12 quilômetros do balneário;
- FECOOHESP - A Federação das Cooperativas Habitacionais do Estado de São Paulo visa definir ações que permitam a construção de moradias para a população de baixa renda em Guarulhos-SP;
- AGCO do Brasil recebe troféu “Homem do Aço 2006” - Quando foi criado, em 1975, o troféu era concedido a personalidades que se destacavam pela sua contribuição para o desenvolvimento do setor sídero-metalúrgico do Estado. A partir de 2001, a homenagem passou a ser atribuída a empresas, mantendo a sua denominação original. O Cooperativismo é alternativa de renda no Sul da Bahia - o enorme potencial agrícola, turístico e cultural do Sul da Bahia contrasta com a pobreza e o subdesenvolvimento da população local. Uma parceria entre o Instituto de Desenvolvimento do Baixo Sul (IDES), a Associação dos Municípios do Baixo Sul (AMUBS), a Fundação Odebrecht e o governo estadual criou o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul (DIS Baixo Sul), para tentar mudar esta realidade. Cooperativa de consumo conta com setor específico para gerenciar e prevenir as perdas enquanto a média do setor varejista aponta índice de perdas de 2,05% em 2005 sobre o faturamento líquido, índice que corresponde a R$ 937,8 milhões de perdas, segundo pesquisa da Abras;
- UNIMED - primeira cooperativa de trabalho médico desse modelo, União dos Médicos – tornou-se uma espécie de selo de garantia do disputadíssimo setor de planos de

saúde e, além de liderar o mercado nacional, é um exemplo de empreendimento cooperativista de trabalho respeitado no mundo todo;

- COOPERFORTE - O segredo do sucesso da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais está na simplicidade, facilidade e agilidade. E, para que essa receita seja eficiente, a Cooperativa investe no relacionamento com o cooperado, proporcionando-lhe um atendimento primoroso;
- SAROMCREDI - São Roque de Minas é uma cidadezinha mineira de dois mil km² e pouco mais de seis mil habitantes, que sobreviveu ao êxodo rural e à bancarrota total graças ao surgimento de uma cooperativa de credito BANRICOOP: referência nacional, criada no dia 2 de maio de 1946, por 23 funcionários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cooperativismo é considerado como a terceira via aplicável no sistema capitalista e socialista. Por isso mesmo, serve como aliado a ambos ao longo da história, à medida que se exige comportamento mais econômico ou centrado no social. O cooperativismo, em verdade, revela-se a forma de organização capaz, sem dúvida alguma, de potencializar recursos materiais e humanos.

Analisando-se os resultados alcançados podem-se confirmar as hipóteses lançadas nesse estudo, vez que os sócio-cooperados encontram no cooperativismo o suporte para vencer o desemprego, além de conseguir remuneração superior à praticada no mercado local, além de melhores condições de trabalho. Quanto à participação em treinamentos ou cursos, poucos associados tiveram oportunidade para reciclar-se, desempenho justificado pela experiência que já possuíam, trazida de empregos anteriores. Esclarece-se que diversas pessoas interessadas em se integrar à COOPMIL se encontram em treinamento para efetivar a integração no quadro de cooperados, estando assim satisfeita essa hipótese em relação a este segmento.

O estudo conclui que a cultura cooperativista não se alcança de forma rápida e sem obstáculos. Contudo, para que o cooperativismo de trabalho seja instrumento efetivo e ágil na resposta aos graves problemas sociais do trabalho e distribuição de renda, torna-se imprescindível além da legitimidade e suporte legal, vontade política do poder público para dar suporte e promover o avanço do cooperativismo. Isso poderá efetivar-se de várias formas, tais como: viabilização de registros de novas cooperativas, contratos de trabalho, simplificações tributárias, apoio através de crédito para capital de giro, aquisição de instrumentos de trabalho, isenção ou diminuição da taxa de impostos, qualificação na área gerencial e administrativa, viabilização do acesso às licitações públicas, concessões de serviços públicos. Esse apoio seria fundamental para que a cooperativa se torne instrumento gerador de postos de trabalho e distribuição de renda, solucionando assim o fantasma do desemprego e conseqüentemente reorganizando o mercado.

Entende-se, portanto, que o cooperativismo deve estar inserido na lógica da acumulação capitalista, pois para a cooperativa se manter necessita aumentar o faturamento e controlar os custos operacionais, de modo que as sobras líquidas

permitam o crescimento da empresa e maiores retiradas a título de benefícios e pró-labore.

Como afirma Nascimento (2000: 1), reportando-se aos pressupostos básicos "os benefícios esperadas com a ação cooperativista não caem do céu, mas surgem como conseqüência do solidarismo do grupo e do esforço de cooperação para materializar as condições de luta até a sua consolidação".

As reflexões e propostas deste estudo remetem para o enfrentamento da pobreza e exclusão social. Trata-se de eliminar o desemprego e a miséria, característicos do capitalismo. Os resultados indicam que o cooperativismo de trabalho constitui-se em alternativa para minimizar o desemprego e/ou aumentar a renda, além de sua inegável importância como técnica organizatória de mercado.

Espera-se, portanto, que este estudo venha contribuir para incentivar e fortalecer pequenos grupos que estão se formando com o objetivo de constituir cooperativas, especialmente na integração destas entidades visando o reforço do movimento.

RECOMENDAÇÕES

Considera-se que entre as alternativas de curto prazo que podem aliviar grande parte das tensões econômicas e sociais do Município de Itabuna-BA e região, estão as cooperativas de trabalho, pela possibilidade de gerar ocupação e absorver mão-de-obra, com melhor remuneração e condições de trabalho. Sua atuação no setor terciário é particularmente importante em face do acelerado crescimento urbano.

Observa-se que as cooperativas, que reúnem mão-de-obra semi-qualificada e trabalham em atividades de baixa produtividade/rentabilidade, têm alta rotatividade. Todas elas apresentam, em geral, carência administrativa e quase impossibilidade de atingir os eficazes sistemas empresariais, o que diminui seu poder de barganha no mercado.

Recomenda-se que a COOPMIL promova capacitação programada dos associados e quadros de apoio, quais sejam, nas áreas administrativa, financeira e contábil. Precisa-se incutir visão empresarial nos associados, deixando para trás a situação de empregado, devendo, portanto, ser dado destaque especial à educação cooperativa, construindo auto-capacidade para a geração do conhecimento e, para tanto, urge que se promovam reciclagens visando ressaltar e incorporar em cada sócio os princípios filosóficos do sistema cooperativo, os quais devem permear todos os atos cooperativos. Há necessidade de maior aprofundamento sobre a filosofia e estrutura das cooperativas, em especial as de trabalho sobre as questões jurídicas pertinentes ao tema, a fim de que se reconheçam donos do empreendimento cooperativo e se tornem profissionais qualificados. Aliás, como donos do empreendimento cooperativo são empresários e não empregados.

Recomenda-se, ainda, que a COOPMIL amplie o número de empresas para quem presta serviços, pois em caso de crises em algumas delas, continue atuando no mercado de trabalho, bem assim a sua área geográfica de atuação.

Também é de suma importância que o movimento cooperativista da região esteja fortalecido, pois nem sempre o principal direcionamento revela-se com a formação de novas cooperativas, mas sim fortalecer as que já existem expandindo a prática cooperativista junto à população. Entretanto, nenhuma categoria de cooperativa será capaz de conseguir, por si só, profundas reformas no sistema econômico e ordem social, recomendando-se a criação de complexos cooperativos ou cooperativas multifuncionais, de maneira que venham a complementar a ação das cooperativas singulares. Somente

através de complexos cooperativos, as unidades singulares e, especialmente as cooperativas de trabalho, poderão resistir aos impactos negativos da economia competitiva de mercado cumprindo o papel de valorizar o homem e colocar o capital a serviço do trabalho.

REFERÊNCIAS

BENATO, João V. A. **Cooperativismo de Trabalho, o Gigante Acorda.** São Paulo: **OCESP**, 1997.

BENECKE, Dieter W. **Cooperação e Desenvolvimento**: O papel da cooperativa no processo de desenvolvimento econômico nos países de terceiro mundo. Porto Alegre, Assocene, 1980.

BOGARDUS, Emory S. **Princípios de Cooperação.** São Paulo: Lidador Ltda., 1964.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de Crédito Rural:** como criar e administrar com a comunidade. Brasília: PNFC, CEPAGRO. 1997.

COOPMIL- **Cooperativa dos Profissionais de Montagens Industriais.** Relatório Anual. Itabuna: COOPMIL, 2000.

CRAWFORD, Richard. **Na Era do Capital Humano**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DUTRA, José Luís Alven. O Processo de Tomada de Decisões nas Cooperativas de Trabalho**. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAP.** Vol. 33. nº 01. Fundação Getúlio Vargas - RJ,1999.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O BRASIL no mundo** - SP. 18 jan. 2001. Caderno B2

JARDIM, Armando. **O Poder do Cooperativismo.** Brasilagro, São Paulo. 2005. Disponível em: http://www.brasilagro.com.br/institucional.asp?menu=40>. Acesso em: 11 jul. 2007

KOHLS, R L. **As Cooperativas como Parte do Sistema de Livre Empresa.** (texto mimeografado, s. n. t./13p., s\d.).

MOREIRA, Délio. **Métodos Estatísticos para Administradores e Cientistas.** São Paulo: Loyola, 1975.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. **Cooperativismo como alternativa de mudança:** Uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

OLIVEIRA, Alexandre Nery de. **Cooperativas**. Teresina, a. 5, n. 48, dez. 2000. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp>. Acesso em: 05 fev. 2004.

OLIVEIRA, Terezinha Cleide (Org,). **Cooperativa de Trabalho**: instruções para organização. 3ª. ed. Rev. e aum. São Paulo:ICA, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB **A Força do Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.cooperativa.com.br/estatística sobre cooperativas html>, Acesso em: 14 fev.2001.

PERIUS, Virgílio (organizador). **Cooperativas de Trabalho - Manual de Organização**. Edição especial da Revista Perspectiva Econômica, série Cooperativismo - 41. UNISINOS. São Leopoldo. R. S. 1997.

PINHO, Diva Benevides. **Trabalho e Qualidade de Vida**: desafio à sociedade latino-americana. São Paulo: Ícone, 1988.

POCHMANN, Marcio. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites. **Nota Técnica**, IPEA. Mercado de Trabalho, 2004.

REVISTA BALDE BRANCO. [S.I.], v. 34. n. 403,1998.Editora Paulista.

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. Ano XIII – n. 4 – Out/Nov/dez 2004. Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios.

REVISTA GESTÃO COOPERATIVA. Disponível em: http://www.gestaocooperativa.com.br/tabid/470/articleType/AticleView/articleId/22/... Acesso em 20/11/2007.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à Economia**.17. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

SERT - Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. **COOPERATIVISMO E A COOPERATIVA DE TRABALHO: Origens, Princípios, Conceitos, Estrutura e Funcionamento.** São Paulo: SERT, 1998.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego** - Diagnóstico e Alternativa. 3. Ed. São Paulo - SP: Ed. Contexto, 1999.

SISTEMA OCB. **Exportações superam expectativas**. Disponível em: <http//WWW.brasilcooperativo.ciom.br/Default.aspx?tabid=106>. Acesso em: 20/11/2007.

TESCH, Walter. Cooperativas do Trabalho: conjuntura e perspectivas. Seminário Nacional de Cooperativas do Trabalho. In.: **OCB/COOTRABALHO**. Belo Horizonte - MG, 1997.

TESCH, Walter. **Cooperativismo de Trabalho**: alternativa ao desemprego. São Paulo: CAT, 1995.

TOLEDO, Geraldo Luciano, O. VALLE, Ivo Izidoro. **Estatística Básica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.

VAL, Valdicéa do. COOPERATIVAS Ampliam Números de Filiados. **A Tarde**, Salvador-BA, 16 jun., 2000: 14. Caderno Economia.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2002.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO:

Prezado(a) Senhor(a),

Este questionário destina-se a investigação e análise sobre "A Cooperativa de Trabalho como alternativa de ocupação profissional: O caso da COOPMIL em Itabuna-BA." Visa atender a um dos requisitos para conclusão do Curso de Especialização de Economia em Sociedades Cooperativas, ministrado pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Tem fins especificamente acadêmicos e as informações aqui coletadas serão mantidas em sigilo.

Você não precisa se identificar.

1. Idade: ..... anos

2. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

3. Estado civil:

( ) solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) divorciado(a) ( ) viúvo(a) ( ) outros

4. Seu nível de escolaridade é:

( ) Ensino Fundamental (1a a 4ª série)

( ) Ensino Médio (2° Grau)

( ) Nível Superior (Faculdade)

( ) Outros

5. Com seu grau de escolaridade e as experiências profissionais adquiridas, como você se sente atualmente?

( ) com preparação para atender as exigências do mercado de trabalho

( ) sem preparação para atender as exigências do mercado de trabalho

( ) não sabe avaliar ou não quer responder

6. Você participou desta pesquisa o ano de 2.000?
( ) sim ( ) não

7. Qual a atividade profissional desempenhada por você na cooperativa?
.....

8. Exercia a mesma profissão antes de se associar à cooperativa?

( ) sim ( ) não

9. Quanto tempo você já ficou sem trabalhar antes de associar-se à cooperativa? Em caso positivo, por quanto tempo?

( ) menos de seis meses

( ) de seis meses a um ano

( ) entre um e dois anos

( ) mais de dois anos

( ) Nunca fiquei desempregado

10. Depois de se associar à Cooperativa você já ficou sem trabalhar?

( ) sim ( ) não

Em caso positivo, por quanto tempo?

( ) Menos de 06 meses

( ) entre 1 e 2 anos

( ) entre 06 meses e 1 ano

( ) mais de 02 anos

11. No setor trabalho quais dos motivos abaixo você considera como sendo um dos mais atingidos pelos efeitos da realidade econômica que atravessa o país?

( ) salário

( ) a estabilidade no emprego

( ) os critérios de seleção nas empresas

( ) qualificação da mão-de-obra

( ) não sabe responder

12. Há quanto tempo você trabalha no sistema cooperativista?

( ) alguns meses

( ) 01 ano

( ) entre 1 e 2 anos

( ) entre 2 e 4 anos

( ) acima de 4 anos

13. A Cooperativa da qual você faz parte, presta esclarecimentos sobre o que é cooperativismo, seus objetivos e princípios?

( ) Sim ( ) Não

14. Você participa da tomada de decisões da Cooperativa da qual você faz parte?

( ) Sim ( ) Não

15. Você considera que o sistema de Cooperativa do Trabalho ajuda a diminuir o desemprego que hoje faz parte da realidade dos brasileiros?

( ) Sim ( ) Não

16. Os seus rendimentos mensais como trabalhador (a) em regime de cooperativa, se enquadram em que faixa salarial?

( ) 01 salário mínimo

( ) até 02 salários mínimos

( ) entre 03 e 4 salários mínimos

( ) entre 4 e 6 salários mínimos.

( ) acima de 06 salários mínimos

17. Em sua opinião o que você ganha como trabalhador (a) em sistema de cooperativa é condizente com a mesma atividade desenvolvida em outra empresa?

( ) Sim ( ) Não

18. Como você define o sistema de cooperativismo do qual faz parte?

( ) instrumento de terceirização da mão-de-obra

( ) instrumento de organização sócio-econômico

( ) uma forma de auto-gestão na administração

( ) trabalhador manejando o seu próprio desenvolvimento econômico

( ) associação de pessoas com interesses e objetivos comuns

19. O que contribuiu para sua opção em trabalhar no regime de cooperativa?

( ) dificuldade de ingresso no mercado de trabalho

( ) eficiência da ação cooperativa

( ) desemprego por muito tempo

( ) curiosidade e a convite de um amigo

20. Como você classifica a atuação da sua cooperativa de trabalho, no que diz respeito à alocação de mão-de-obra?

( ) ótima ( ) boa ( ) regular ( ) péssima

21. O seu grau de satisfação como trabalhador (a) em regime de cooperativa pode ser considerado como:

( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) péssimo

22. Já participou de treinamentos ou cursos promovidos pela Cooperativa, visando seu crescimento profissional?

( ) SIM ( ) NÃO

23. Em caso positivo, quantos?

( ) 01 ( ) 02 ( ) 03 a 05 ( ) 05 a07 ( ) mais de 07

24. Você acha que esses treinamentos facilitam a sua colocação no mercado de trabalho?

( ) SIM ( ) NÃO

25. Coloque por ordem de importância as vantagens de ser associado da Cooperativa? (1, 2, 3, 4)

( ) Melhores condições de trabalho;

( ) Facilidade de colocação no mercado de trabalho;

( ) Aumento na renda;

( ) Crescimento profissional.

26. A cooperativa se preocupa em envolver a família dos cooperados em atividades de lazer, assistência social ou educação?

( ) Sim ( ) não

27. Se você participou da pesquisa anterior, no ano de 2.000, seu padrão de vida:

( ) permaneceu o mesmo

( ) melhorou

( ) piorou

( ) não participou da pesquisa

Obrigada por sua colaboração.

Maria Gervalina Pereira Gomes

Que o mundo se torne mais gentil, muito cooperativo e que aprendamos mais com a mãe-natureza, que é absolutamente sábia.